



**REFORMA DO
SISTEMA POLÍTICO:
PERSPECTIVAS
REGIONAIS**

FICHA TÉCNICA:

Reforma do Sistema Político: Perspectivas Regionais

(vários autores, Brasil, 2021)

REALIZAÇÃO: Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

ORGANIZAÇÃO: Alex Pegna Hercog, Carmela Zigoni, José Antônio Moroni

TEXTOS:

Ana Carolina Westrup

Ana Gualberto

Camila Chagas

Hugo Allan Matos

Juliana Romão

Luciano Caparroz Pereira dos Santos

Mauri Cruz

Nilma Bentes

Paulo Victor Melo

Renan Dias Oliveira

Sabrina da Costa

Selvino Heck

Sônia Cleide Ferreira

Tatiane dos Santos Duarte

REVISÃO: Júlia Garcia

DIAGRAMAÇÃO: Polianna Silva

ILUSTRAÇÃO: Adilson Passos

Direitos: Este conteúdo pertence à Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, podendo ser replicado sem fins comerciais, e desde que citada a fonte

www.reformapolitica.org.br

2021



APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político vem lançar o *E-book Reforma do Sistema Político: Perspectivas Regionais*, que conta com artigos de ativistas de todas as regiões do Brasil interessados em provocar reflexões sobre a defesa e aprofundamento da democracia no país.

Este *E-book* é resultado de Chamadas Públicas realizadas pela Plataforma, no âmbito do projeto apoiado pela União Europeia, no sentido de dar visibilidade a perspectivas regionais, locais e dos territórios sobre entraves, desafios e propostas para a construção de um sistema político mais justo, democrático e equitativo.

Nesta publicação, vocês irão encontrar 11 artigos de ativistas de movimentos de mulheres negras, economia solidária, combate à corrupção eleitoral, democratização da comunicação, entre outros, pautando temas essenciais para o debate político desafiador que está posto hoje em nossa sociedade. Assim, temas urgentes para a democracia como racismo, representatividade nos espaços de poder e participação social, dividem espaço com questões complexas como a espiritualidade e religião e as construções de diálogos no âmbito familiar.

Além dos artigos, o documento traz referências dos cinco Encontros Regionais da Plataforma, realizados em 2021, de forma virtual, onde participaram 180 ativistas de 139 organizações.

Boa Leitura!

Grupo de Referência (GR) da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

SOBRE A PLATAFORMA:

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é composta por movimentos, organizações, fóruns, coletivos e redes, institucionalizadas ou não, que, desde 2004, atuam para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado. Iniciou sua articulação a partir da crítica aos instrumentos de participação social, que têm baixo impacto na formulação e controle social sobre as políticas públicas.

Ao aprofundar este debate, contudo, foram identificados problemas anteriores à discussão sobre o sistema político em si, como a subrepresentação de segmentos sociais historicamente dominados e explorados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, pessoas LGBTQI+, da classe trabalhadora e das juventudes; o domínio do capital sobre a política e a corrupção eleitoral; o descrédito na política e a crise de representatividade; o funcionamento antidemocrático dos partidos políticos; a produção de falsos consensos pela mídia corporativa; a criminalização dos movimentos sociais e o autoritarismo do sistema de justiça, entre outros.

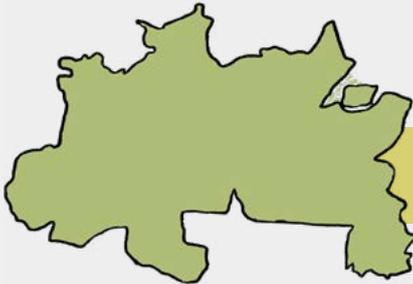
Tal análise ampliou a concepção sobre a política institucional e resultou na compreensão da necessidade de transformação radical do sistema político. Assim, no decorrer dos últimos anos, elaboramos coletivamente uma proposta de reforma em torno de cinco eixos: 1) fortalecimento da democracia direta; 2) fortalecimento da democracia participativa; 3) aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; 4) democratização da informação e da comunicação e 5) democratização do sistema de Justiça.

O elemento central da estratégia atual da Plataforma é a incidência no debate público, em especial no campo composto por forças democráticas e populares, sobre a democracia que queremos e a construção de um sistema político que a contemple.

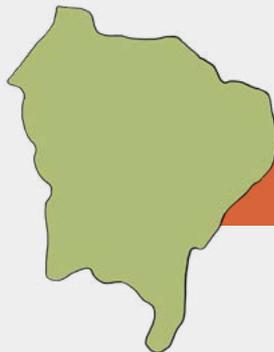
LINKS MATÉRIAS:



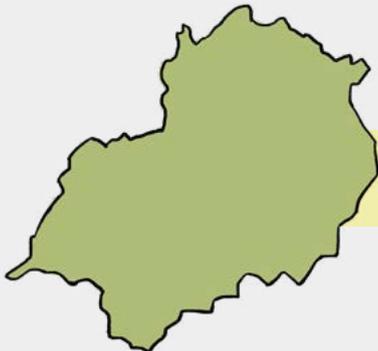
Centro-Oeste



Norte



Nordeste



Sudeste



Sul

SUMÁRIO

	Mulher negra, corpo político: negociando desde as ancestrais Sônia Cleide Ferreira	08
17	A sub-representação feminina do Nordeste na Câmara Federal é invisível Juliana Romão	
	Afronegrasamazonidades: Uma reforma política progressista é possível? Nilma Bentes	25
31	A voz da mulher quilombola na organização política Sabrina da Costa	
	Outra política: ética, espiritualidade e comunidade para além dos limites das identidades Hugo Allan Matos	35
41	O racismo religioso e o Estado brasileiro: as operações policiais nos terreiros de candomblé da Bahia e as reações do povo de terreiro Camila Chagas e Ana Gualberto	
	Laicidade quando convém! - perigos reais em tempos terrivelmente atrozos Tatiane dos Santos Duarte	51
57	Tecnopopulismo e discurso de ódio contra nordestinos: o que está por vir em 2022? Ana Carolina Westrup e Paulo Victor Melo	
	Vamos repensar a democracia Luciano Caparroz Pereira Dos Santos	62
66	A importância da participação política na limitada democracia brasileira Renan Dias Oliveira	
	Democracia direta para canalizar a rebeldia Por Selvino Heck e Mauri Cruz	72

MULHER NEGRA, CORPO POLÍTICO: NEGOCIANDO DESDE AS ANCESTRAIS¹

Sônia Cleide Ferreira²

¹ Este texto teve a participação da Dra. Elcimar D. Pereira (@elcih2o) no processo de discussão e construção. Teve como revisora a Me. Nadja Karoliny Lucas de Jesus Almeida.

² Feminista Negra, Lésbica, Mãe. Nasceu na cidade de Jataí - Goiás. Atualmente é Coordenadora Regional da TEIA Nacional Legislativa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Faz parte da REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe) Há 30 anos é iniciada a Tradição de Povos da Comunidade de Terreiro. Fundadora do Grupo de Mulheres Negras Malunga (1998). Participa da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), criada em 2000. Participou como delegada na Conferência de Durban, na África do Sul - Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância - ONU (2001) Foi Superintendente de Igualdade Racial de Goiás de 2009 a 2011. Foi 3º suplente de vereadora de Goiânia com 1.138 votos (2020)

O presente texto pretende refletir sobre a mulher negra como um corpo político e a sua importância para a construção de um novo fazer político, considerando que fazer política está presente na vida da mulher negra desde o seu nascimento. Como forma de ilustrar e argumentar sobre esta questão apresentarei três apontamentos. O primeiro, nomeio como *“marcas das políticas nos corpos negros”*, o segundo são *“notas sobre a história de minha avó materna”* e o terceiro é *“um breve relato de experiência em Santiago do Chile, na pré-conferência para Durban”*. Considero que antes de apresentar os apontamentos sugeridos é preciso discorrer brevemente sobre os sentidos da política e a demarcação de um corpo político. No sentido dicionarizado o termo política apresenta várias definições, dentre elas *“ciência do governo dos povos, direção de um Estado e determinação das formas de sua organização, mecanismo de orientação administrativa de Estados, maneira hábil de agir astúcia, prática de oferecer direcionamentos ou de exercer influência sobre algo”*.

Sabemos que o termo tem vários significados e todos eles apresentam a ideia de negociação e “o sentido de estar em circulação no espaço público, bem como nos mais diferentes campos sociais, O que política quer dizer não é neutro ou indiferente”. (FILHO, 2018).

Se o fazer política não é neutro e/ou indiferente, conforme afirma Clóvis de Barros Filho (2018), todo fazer política tem

uma intenção, a política não é aleatória, se você não se posiciona, será conduzida. É recorrente no nosso cotidiano atrelar a política mais aos governos e/ou profissionais da política e menos às ações de grupos e coletivos que lutam por uma determinada causa. Assim, na nossa realidade brasileira, é comum identificar como político pessoas que têm um determinado perfil historicamente aceitável dentro dos espaços institucionais da política (homem, branco, vestido formalmente, heterossexual). Mas, se a noção de política nos traz a ideia também de movimentação em espaço público, então, nem sempre ela estará vinculada ao mecanismo de orientação do Estado e/ou relativo aos profissionais da política (legisladores, executivo e judiciário). E na minha trajetória, o meu fazer política, a princípio, esteve vinculado aos movimentos sociais.

A política tradicional não considera a construção coletiva e muito menos os corpos que constroem a política do cotidiano e dos movimentos sociais. Quando nós, mulheres negras, nos atrevemos a inserir-nos em todos os espaços políticos, além daqueles que estamos acostumadas, na luta e negociação do dia a dia, enfrentamos vários desafios. Pois, somos um corpo negro de mulher que estamos inserindo em um espaço que historicamente foi dominado por homens brancos. E, se for uma mulher negra, lésbica, e pertencente aos povos de matriz africana, os desafios são ainda maiores, pois, acredito que só o fato de existir e estar presente em determinados espaços já estamos fazendo política, uma vez que há tentativas de silenciamento ou de demonstrar uma certa proximidade inexistente, isto é, gera um desconforto. O nosso corpo é político, ainda que eu não militasse em nenhum tipo de movimento social, ou fosse filiada a nenhum partido, estar em um espaço que é dominado por perfis branco, cis e hétero, já é uma afronta.

Há algum tempo atrás os nossos corpos somente eram usados para serem marcados por políticas de extermínio, depois o nosso corpo foi alvo de políticas assistenciais, e paralelo a isso, muitos/as de nós já lutávamos e ainda lutamos para ter o nosso fazer política reconhecido e para nos apropriarmos dos espaços políticos já institucionalizados.

Nós mulheres negras já nascemos fazendo política, e seguimos as nossas negociações para mantermos vivas e, para aquelas que tem desejo, ter seus filhos com dignidade, este é o enfoque do **primeiro apontamento**, início com a seguinte pergunta: **Como a política marca a vida da população negra?**

Durante muito tempo a população negra no Brasil sentiu as marcas no próprio corpo das políticas de Estado que tinham como objetivo explícito explorar e exterminar³. Diante disso, outras formas de políticas em paralelo foram sendo

construídas pelos/as próprios/as negros/as, como possibilidade de enfrentamento das políticas institucionalizadas e da construção de outras formas de organização que garantissem a dignidade e a humanidade da população negra⁴.

A ausência ou negligência de efetivação de políticas públicas contribuem para a construção de outros modos de fazer política, o fazer política marginal, por meio de redes de apoio e por meio da construção de uma resistência coletiva.

Somente em torno de cem anos após a abolição que, a partir de muita luta, se constroem políticas mais efetivas para atender a população negra, algumas delas consideradas universais e que deveriam atender todos/as, inclusive as mulheres negras, que é o caso da criação no SUS. Mesmo com a existência desta e de outras políticas, o racismo ainda permanece e a população negra ainda continua negligenciada e sobrevivendo e lutando contra o extermínio, atualmente, principalmente da juventude negra.

Considero que a trajetória da pessoa negra na política começa desde a sua concepção. A futura mãe negra quando vai em busca de um pré-natal, muitas vezes não tem esse serviço ao seu alcance, e, quando está ao seu alcance, ela (a mãe negra) ainda vive situações de descaso e desrespeito. Alguns estudos demonstram que as mulheres de raça/cor preta/parda aparecem em piores condições nas características socioeconômicas, na assistência ao pré-natal e ao parto, em todas as variáveis estudadas (Theophilo; Rattner; Pereira, 2018).

Além da falta de acesso e os cuidados necessários para ter um parto saudável e sem violência obstétrica, quando a criança nasce já é marcada pela violência sofrida pela mãe. E quando esta criança adentra o segundo espaço de socialização, a escola, também passa por situações de racismo tanto por professores quanto pelos colegas. Estas situações já foram impactadas graças às leis 10639/2003 e 11645/2008, mas a sua implementação ainda enfrenta barreiras.

Ainda temos casos de crianças que sofrem racismo na escola

³ Política da escravidão institucionalizada no país, lei da vadiagem lei 3.688 de 1941

⁴ As organizações dos quilombos, as articulações das irmandades e outras articulações dos movimentos negros que surgiram posteriormente.

e ainda aquelas que nem conseguiram ir à escola. Sim, o acesso à escola é um desafio. A publicação do IBGE: “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, de 2018, demonstra que a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superior à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), também do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%.

Os dados são preocupantes, mas, saímos da invisibilidade, pois, antes havia uma negação da existência do racismo, e demos um passo para a construção de algumas políticas que atualmente estão em processo de aniquilamento. Estamos ainda no jogo de forças para garantir o pouco que foi construído e seguir avançando.

Dentro deste jogo, reconhecemos que temos uma parcela dos profissionais da política que dizem estar convictos de que a discussão étnico-racial é importante, contudo, as ações efetivas contra o racismo ainda deixam a desejar, principalmente quando a ideia é a construção de políticas para que as pessoas negras também possam se tornar propositoras, gestoras ou que possam atuar no controle social com segurança.

O fato é que ainda seguimos negociando a nossa própria existência como um desafio constante. Esta nossa caminhada pode ser considerada um fazer política, mas ainda não legitimada e não institucionalizada.

Afirmo que ainda temos uma política que extermina, uma que negligencia, ambas marcam os nossos corpos. E existe um fazer política que ainda não é institucionalizada, mas que luta pela sobrevivência e dignidade em espaços institucionalizados ou não. Portanto, precisamos de políticas não só que atendam a população negra, mas que garantam a participação de pessoas negras de forma equânime e ativa, como agente de transformação.

Como um dos exemplos ressalto a política que garante cotas para mulheres negras participarem das eleições como candidatas, estas não são respeitadas, dentre os vários motivos, um deles é que ainda não recebemos o suporte necessário para uma campanha como deveria ser. Assim, um dos elementos da política presente na vida das mulheres negras é a negociação, a persistência, a resiliência.

Diante disto, precisamos construir coletivos, redes que possam nos dar suportes e buscar referências do fazer política que não estejam apenas pautadas em uma política tradicional.

O **segundo apontamento** que apresento tem a ver com a postura, com o posicionamento de se mostrar, brigar pelo que quer de maneira diplomática. A minha avó materna D. Maria Inácio de Oliveira, cujo apelido era D. Negrinha, era uma mulher negra que morava na zona rural, na década de 1970 no estado de Goiás. Ela era uma senhora de postura firme, elegante, cabeça erguida mesmo ao subir e descer a carroça, não perdia a postura. De quinze em quinze dias ela ia em uma *currutela*⁵ nomeada Cabileira no município de Riverlândia. Ela levava os produtos artesanais que ela fazia (forros de crochê, tapetes, colchas, doces, etc.) para serem vendidos na venda do senhor Zizico, dono do único mercadinho do local. O Senhor Zizico vendia os doces e guardava os vidros para devolver a ela. Ao retornar à fazenda, nós, as netas, lavávamos os vidros para que ela pudesse repor novamente com os doces. Mesmo em uma época em que o patriarcado reinava e as mulheres não tinham voz, nem vez e nem bens materiais, a minha avó tinha estratégias para ganhar o seu próprio dinheiro e comprar animais para a fazenda, esses animais eram marcados com a sua marca MO. O que não era comum na época, pois nas outras famílias só tinha uma marca da família que era associada ao nome dos homens. Ela sonhava ter o seu próprio carro, um fusca, na impossibilidade de comprá-lo, ela conduzia uma carroça para deslocar da fazenda para a currutela, para ir até os vizinhos e outros espaços no interior da fazenda.

Hoje eu penso que ela era uma mulher à frente de seu tempo. Mesmo não conhecendo o feminismo, ela tinha consciência da importância de ter seus próprios bens e suas convicções independente do meu avô. E o mais importante para a discussão que apresento neste texto e o que me inspira para a minha trajetória, era a capacidade de negociação e a postura que minha avó tinha. Ela vendia seus próprios produtos e/ou os negociava por outros produtos, adquirindo aquilo que ela queria sem precisar pedir autorização a ninguém. E nos orientava sobre a importância de ter a nossa autonomia financeira. A postura do corpo dela era altivo e elegante. Ela nos ensinava pelo olhar, e com poucas pala-

⁵ Pequeno povoado próximo a zona rural, lugar onde era comum ter uma mercearia, igreja, bordel.

vas fazia as suas negociações.

Era um corpo negro político que circulava no espaço e era respeitada mesmo em um país racista. Talvez se naquela época ela ousasse sair dos limites da fazenda e da *currutela*, se não fosse casada e tivesse interesse em adentrar a política institucional, os desafios seriam maiores. O que seria uma mulher negra naquela época no espaço da política institucional no estado de Goiás? A altivez, a elegância e o poder de negociação seriam respeitados? E hoje, são?

O **terceiro apontamento** se passou na década de 2000, na cidade de Santiago no Chile. Como representante do Grupo de Mulheres Negras Malungas e integrante da Articulação Nacional de Mulheres Negras do Brasil (ANMB), depois de ajudar a organizar as pré-conferências municipal, estadual e nacional, fui delegada para participar da pré-conferência Regional no Chile para a de Durban, um momento muito importante, conforme explicitado a seguir.

Realizada nos dias 2 e 3 de dezembro de 2000, na cidade de Santiago do Chile, a Conferência Cidadã contra o Racismo reuniu cerca de 1.500 representantes de diversas organizações e movimentos populares de 32 países da região latino-americana e caribenha. Seu principal objetivo foi a elaboração de um documento final para influenciar a Conferência Regional contra o Racismo, promovida pelas Nações Unidas, o espaço intergovernamental, que seria realizada na sequência. A Conferência Cidadã foi considerada por ativistas dos movimentos negros da América Latina e do Caribe como um divisor de águas. (GELEDÉS, 2021).

Conforme exposto no trecho do documento produzido pelo Instituto Geledés sobre os 20 anos de Durban, o momento da pré-conferência foi considerado um divisor de águas para nós ativistas do movimento negro, com maior protagonismo das organizações de Mulheres Negras do Brasil. E neste momento histórico eu estava lá junto às outras mulheres negras de outros estados brasileiros e outros países da América Latina.

No evento, para melhor organizarmos, nos dividimos em subgrupos para discutir temas que considerávamos importantes para o combate ao racismo, contudo, esses temas, estratégias e demandas não eram iguais para todos os países, por isso nós lutávamos para garantir que saísse no documento oficial todas as questões que tínhamos discutido em nossos países de origem, pois tínhamos especificidades que precisavam ser atendidas no sentido de garantir as realidades diversas. Por exemplo, a questão da demarcação das terras quilombolas não era uma realidade em todos países, e as terras indígenas tinham suas diferenças no que diz respeito ao tipo de demarcação.

Dentre outros temas relevantes discutidos, resalto aqui a importância da discussão sobre o *quesito cor*, como em alguns países essa política já era contem-

plada, foi um desafio para que este tema se tornasse um ponto fundamental no documento da conferência. No Brasil a exigência do *quesito cor* ainda não era uma política efetivada no preenchimento dos formulários, impedindo que pudéssemos identificar a situação da população negra em relação ao uso dos diversos serviços e ao acesso à educação, trabalho e saúde. Quando os formulários são preenchidos devidamente, é possível sabermos quantos/as negros/as estão nas universidades e utilizam o SUS, por exemplo.

Fiquei em um grupo que o tema era mulheres negras quilombolas, terra e saúde. A discussão de outros temas acontecia simultaneamente. Nem todas falavam o mesmo idioma - algumas falavam português, outras espanhol, outras francês e outras inglês - mas, era preciso discutir o tema do nosso grupo, chegar a um consenso e ainda negociar com os grupos que debatiam outros temas.

Em alguns momentos tínhamos desentendimentos, em outros conseguimos nos entender com o olhar, gestos, choros e outros sentimentos. E quando não podíamos expressar verbalmente em determinadas situações de negociação, combinamos gestos coletivos para pressionar, ou até usar cores. Por exemplo, o uso de echarpes de várias cores, em que cada cor era sinal de algum tipo de posicionamento. Esta rica e importante estratégia foi uma proposta da Articulação e exclusiva do Brasil, sugerida por Nilza Iraci do Geledés.

O que eu quero ressaltar em relação a esta situação política é que os nossos corpos negros durante esse processo de negociação estavam por inteiro, não era apenas a fala que foi utilizada como um instrumento, mas o nosso corpo que ocupava o espaço, naquele momento era um corpo que interagia com outros corpos que tinham demandas próximas à nossa demanda, mesmo com discordâncias, nossos gestos e expressões buscavam construir conjuntamente. Nós aceitávamos e nos respeitávamos como um corpo político, inteligível e que tem saberes e dignidade.

Por fim, as marcas das políticas estão presentes nas nossas histórias sejam elas marcas de exclusão ou de referência. O nosso fazer política foi e é sofrido, vivido e negociado, só os corpos marcados das mulheres negras têm condições de exercer uma política que considere o que os nossos corpos vivenciaram. Entretanto, a política tradicional, inclusive nos meios ditos de esquerda, perde quando ainda mantém estratégias de exclusão das mulheres negras das negociações políticas. Hoje nós escolhemos que entre ser atingida e/ou apenas atendida pelas políticas, decidimos que queremos ser propositoras e protagonistas do nosso jeito de fazer política, mesmo com os obstáculos impostos por aqueles

que querem manter o *status quo*, e para isso seguiremos buscando estratégias coletivamente sem perder a cabeça erguida e a elegância de nossas avós.

DE BARROS FILHO, C. **Política: nós também sabemos fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GELEDÉS. **Brasil e Durban: 20 anos depois**. Centro de Documentação e Memória Institucional. São Paulo, SP: Geledés – Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021.

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA DO NORDESTE NA CÂMARA FEDERAL É INVISÍVEL

Juliana Romão¹

As complexas nuances regionais relacionadas à reduzida presença das mulheres na política precisam ser trazidas à pauta dos debates nacionais. A assimetria no exercício do poder no Brasil, na ótica do país-continente, camufla agudas diferenças internas sobre a mesma representação. É compreensível o ímpeto de visualizar a realidade a partir dos dados globais, que são históricos e alarmantes: a ocupação de mulheres na Câmara Federal é hoje de 15%, o equivalente a 77 cadeiras, apenas 27% delas ocupadas por mulheres negras. Em perspectiva mundial, o Brasil soma os piores índices de participação política, está na 141ª posição do ranking de 192 países monitorados pela União Interparlamentar, abaixo da média-mundo (25,4%), praticamente na lanterna da América Latina (31,5%) e da América do Sul (25,6%). A sub-representação é uma distorção democrática grave, com óbvia inversão da equivalência de representatividade: as mulheres somam 52% da população e as pessoas negras, 49%.

Ocorre que o dado nacionalizado oculta camadas de exclusão. Os desníveis regionais de matizes múltiplas nos conduzem a outras encruzilhadas no debate sobre representação, primeiramente no frágil plano descritivo, de espelhamento social, e posteriormente na dimensão mais substantiva, em que a representação das forças e agendas sociais é atravessada pelas dinâmicas próprias da atuação política (força partidária, interesse locais e nacionais, ideologias, etc...).

Neste texto, a partir de dados das últimas eleições para a

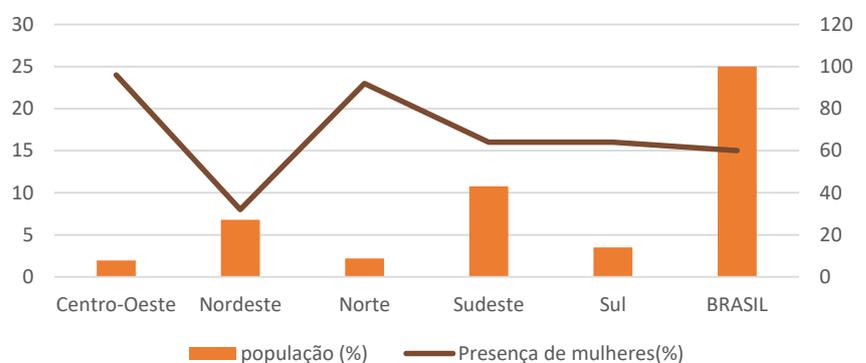
¹ Jornalista, mestra em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora da inclusão de gênero na linguagem e da presença da mulher na política. É co-criadora do projeto Meu Voto Será Feminista, integrante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política e da Frente Pelo Avanço dos Direitos das Mulheres. julianagromao@gmail.com

Câmara dos Deputados², tentamos levantar algumas poeiras assentadas pela naturalização das desigualdades estruturais que afetam o exercício do poder. A ideia é perspectivar com lentes regionais de maneira geral e nordestinas, mais particularmente, caminhos de (re)constituição de políticas públicas voltadas à paridade de gênero e raça que considerem as especificidades locais, sem deixar ninguém ou nenhum lugar para trás.

O exercício de direcionar a lupa às partes que formam o todo desvela uma crítica e crônica sub-representação feminina do Nordeste na Câmara Federal, espaço simultaneamente nacional e local de representação dos interesses diversos da população.

A região abriga 27% das brasileiras e brasileiros e possui apenas 12 das 77 atuais cadeiras da bancada feminina, ou a proporção de 8%, a menor entre todas as regiões. O Sul tem as mesmas 12 cadeiras, mas amplia sua representação (16%) pois é menos populoso (14%). O Sudeste soma 16%, significando 28 cadeiras, para 43% da população. A região Norte atinge 23% de presença de mulheres na Câmara, 15 cadeiras, tendo 8,8% da população. A maior incidência regional na legislatura atual vem do Centro-oeste (24%), 10 assentos para a menor proporção populacional entre as cinco regiões, 7,8%.

Representação regional de mulheres na Câmara (2018) - gráfico 1



Fonte: gráfico da autora; TSE 2018

² A casa legislativa é nominada no masculino, orientando simbolicamente a voz dominante. Por discordância ante a não flexão, uso preferencialmente Câmara Federal.

No gráfico 01 visualizamos a proximidade das regiões Sul e Sudeste do total nacional, enquanto o Centro-oeste e Norte superam a linha dos 15% e o Nordeste puxa a ten-

dência radicalmente para baixo. Mesmo assim, todos os percentuais superaram os das eleições de 2014 (à exceção do Norte, que equivale), como vemos no gráfico 2. Ainda que não linearmente, houve incremento de representação regional, acompanhando a elevação nacional, que passou de 10% em 2014 para 15% em 2018, a maior da história. Antes de chegar a 10%, a bancada feminina passou a década dos anos 2000 na casa dos 8% e a década anterior com o pico de 5,4% de cadeiras.

O aumento de 51% na bancada feminina em 2018 tem relação com o aperfeiçoamento da chamada Lei de Cotas, política afirmativa instituída em 1995 (aplicada nas eleições de 1996) e que completa 25 anos sem alterações significativas na cadeia de exclusão que institucionaliza o desequilíbrio nas condições de disputa, sufocando a diversidade.

A manutenção de um parlamento federal ainda 85% masculino reflete a baixa intenção fiscalizadora do cumprimento das cotas e, especialmente, a resistência partidária em democratizar suas estruturas. Os partidos são o maior gargalo de travamento das mulheres, pessoas negras e diversas na política.

Com esses freios institucionais, a lei de cotas quase passou despercebida até que aperfeiçoamentos foram promovidos concomitantemente, com destaques à obrigatoriedade de preencher e não mais “reservar” vagas para candidatas; a [primeira cassação de chapa por fraude eleitoral com candidatura fictícia de mulheres](#)³; e as obrigatoriedades partidárias de preenchimento mínimo (30%) de candidatas, destinação de igual percentual de tempo de TV e de financiamento público para elas, uma combinação inédita, promovida em 2018, que somou visibilidade, distribuição econômica e mais espaço na corrida eleitoral.

Mesmo ante a aplicação pouco transparente e envolta em estratégias partidárias para fraudar as regras, a conjunção tridimensional gerou impacto. Em 2020 foi também exigida a proporcionalidade de raça na distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral, mudança de grande porte, cuja reper-

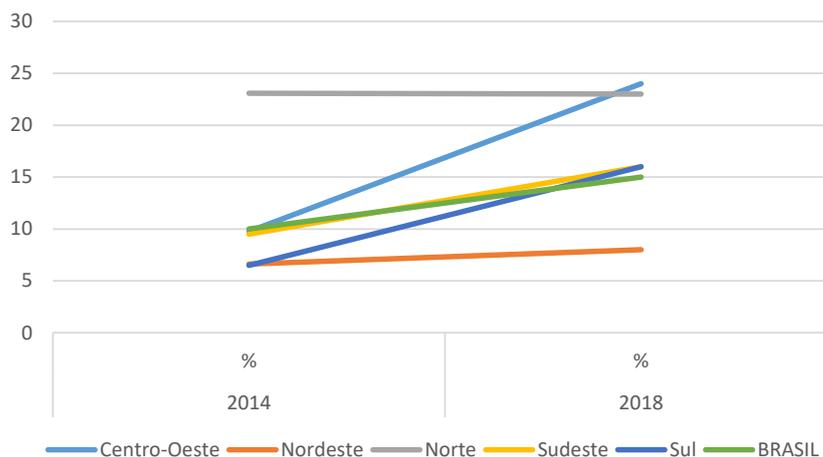
³ Cassação formalizada em 2019, referente à eleição municipal de 2016 no Piauí

cussão poderá ser melhor analisada a partir das próximas eleições.

O maior rigor na fiscalização das candidaturas e distribuição do Fundo de Financiamento de Campanha, somado à pressão cada vez mais qualificada do movimento de mulheres, entre outros fatores, repercutiu menos no Nordeste do que no restante do país. Em 2014, o NE atingiu a proporção de 6,62% de presença feminina no legislativo federal, número equivalente ao da Região Sul no período (6,42%). Nas eleições de 2018, no entanto, o aumento de 20% no Nordeste foi extremamente menor do que o Sul, que contabilizou acréscimo de 140%. O gráfico 2 nos mostra a disparidade no “encontro” em 2014 e a guinada da Região Sul quatro anos depois.

O trajeto do Nordeste quase não inclina e segue distante dos demais, sem aproximação com a linha Brasil, em laranja. A região Norte manteve a participação nos dois pleitos, sendo alcançada pelo Centro-Oeste, com elevação de 150%.

Presença feminina Câmara Federal 2014-2018
- gráfico 2



Fonte: gráfico da autora; TSE 2018

Os números novamente nos dão pistas da dificuldade e dos constrangimentos mais robustos enfrentados pelas nordestinas nas disputas partidárias e eleitorais verdadeiramente competitivas, especialmente quando se considera o cargo de Deputada Federal, que demanda mais capital político, econômico e simbólico. Em 2014, as 10 cadeiras femininas conquistadas pelo Nordeste (6,62%) sequer foram equilibradas, três estados ficaram sem representação de mulheres: AL, PB, SE. Em 2018, o acréscimo de 20% fez a região atingir 8% e dois estados ficaram ausentes na Câmara: MA e SE.

Um estudo realizado por Cristina Queiroz e Luís Felipe Miguel mostra que a defasagem feminina do Nordeste no plano Federal é histórica (mesmo não necessariamente se mantendo para os demais cargos). De 1990 a 1998, a propor-

ção de mulheres eleitas no NE era de apenas 2%, passando para 5% em 2002. Uma presença que beira a ausência e se descola por completo da noção de cidadania plena, prevista na Constituição Federal, e da igualdade substantiva (CEDAW, 2004), definida como o tratamento das mesmas oportunidades desde nascença, com disposição de um entorno que permita a obtenção de igualdade de resultados.

Miguel e Queiroz mediram ainda a taxa de sucesso eleitoral das mulheres (calculada como a proporção de eleitas sobre o total de candidaturas) para a Câmara Federal, e novamente neste indicador a razão do Nordeste é inferior, passando de 0,25 em 1990 para 0,49 em 2002, enquanto o cálculo para todo o país era de 0,95 em 1990 e 0,69 em 2002.

Pensar as possíveis explicações para esta assimetria exige considerar a relevância da arena estadual. Do ponto de vista do atraso socioeconômico sim, mas também a partir da perspectiva político-partidário, uma vez que as listas de candidaturas – os funis – são estabelecidas estadualmente e de lá vêm os votos. A competição para a Câmara é moldada em grande parte por questões locais e não somente nacionais, pois a capacidade das candidatas e candidatos de trazer benefícios para os seus redutos têm grande peso na mobilização do eleitorado. Há que se considerar ainda dados agregados como a política tradicional, assistencialista e familista, a estrutura partidária, o espectro ideológico, as condições de disputa das candidaturas, entre outros fatores influentes, para uma compreensão mais qualificada dos travamentos adicionais à participação política feminina no Nordeste. São aprofundamentos extremamente necessários para que possamos avançar num debate politizado e que insira o NE (e o plano regional) na agenda. O desafio é retirar a região da invisibilidade.

Um começo é considerar as distorções democráticas no Brasil a partir das dimensões da redistribuição, do reconhecimento e representação (FRASER, 2007), que, não à toa, estão relacionadas ao combo visibilidade/financiamento/espço que fez a lei de cotas ter um pouco mais de resultado. Para Nancy Fraser, a má distribuição das áreas de poder, às custas das pessoas mais pobres e desprezadas, a quem são negadas a chance de colocar publicamente suas demandas, podem ser enfrentadas nesta perspectiva tridimensional, de modo a reenquadrar as disputas.

Essas dimensões de fato são pertinentes para mapear as barreiras políticas, sociais, econômicas e simbólicas que afastam e/ou retardam a jornada política das mulheres diversas, LBTs, negras, indígenas, com deficiência, periféricas, etc, e

trazer luz para o caso específico do Nordeste. As lentes de gênero podem reconduzir as reflexões acerca dos desníveis regionais na perspectiva da justiça político-eleitoral para uma democracia de alta intensidade, onde a paridade de gênero e raça seja um pressuposto.

Há que se alcançar no Brasil os debates e práticas demarcadas pela histórica Conferência da Mulher (Beijim, 1995), que impulsionou a realidade da paridade cada vez mais concreta na América Latina, via entendimento de que sem diversidade não se pode falar em democracia. Os consensos regionais de Quito (2007) e de Brasília (2010) alargaram esses horizontes, ao ratificar compromissos para superar o desafio de acompanhar as cotas e a paridade com medidas promotoras da corresponsabilidade em âmbito familiar e doméstico, o exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos e a possibilidade de promoção de uma vida livre de violências.

Em maior quantidade e com mais experiência no fazer político institucional, a presença das mulheres e de pessoas negras eleva as condições de alteração da correlação de forças, com reflexos no plano simbólico e concreto das relações político-sociais. Ganha a democracia, ganha a sociedade.

Se a jornada das mulheres na luta pela inserção de seus interesses e agendas na arena pública é envolta em dificuldades estruturais, os portões no Nordeste parecem ter ainda mais cadeados, exigindo uma atuação diferenciada por parte dos movimentos sociais e do poder público. Trata-se de aprimorar o sistema democrático e perseguir a justiça política e social, que necessariamente passa por desmontar estruturas excludentes, movimento inviável sem considerar gênero, raça, classe e geopolítica.

REFERÊNCIAS

BORGES, A.; SANCHES FILHO, A. O. **Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais**. *Opinião Pública*, vol. 22, nº 1, p. 1-27, 2016.

CEDAW – **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women empowers the Committee on the Elimination of Discrimination against Women General recommendation No. 25** -- thirtieth session, 2004 article 4 paragraph – Temporary special measures < Recomendación general www.un.org – acessado em 20 de junho 2021

FRASER, N. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308. 2007

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições**

municipais no Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 14, p. 363- 385, 2006.

PITKIN, H. **The concept of representation.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1967.

AFRONEGRASAMAZONIDADES: UMA REFORMA POLÍTICA PROGRESSISTA É POSSÍVEL?

Nilma Bentes¹

Há ensinamentos sinalizando que o Estado nasceu a partir da produção de excedentes de bens que passaram a ser mercadorias. Quando surgiu o excedente econômico, surgiu também a figura do 'administrador' desse excedente e, assim, o embrião do estado, da política, da religião e o predomínio do homem sobre a mulher.²

Evidente que somos pessoas do nosso tempo – sociedade liberal numa fase neoliberal –, e pensar uma reforma política não deve ser reduzida a uma reforma eleitoral, até porque nessa montagem de divisão de poderes, o poder judiciário foi forjado 'encastelado', de difícil acesso e transparência – há graves denúncias, por exemplo, de venda de sentenças e muitos juízes (por isso) são aposentados como punição, ganhando salários vultosos; isso é justiça?

O executivo e legislativo têm vícios históricos, inclusive por serem eleitos pela força empresarial, parte da qual é explicitamente 'entreguista'. Faz tempo que se tenta forçar uma reflexão sobre essa divisão de poderes. O poder judiciário é formado inteiramente de pessoas que frequentaram faculdades de direito; no legislativo todo o quadro parlamentar tem assessoria jurídica, do mesmo modo que no executivo, todos os ministérios/secretarias também têm assessoria jurídica. Isso faz com que o Estado esteja eivado de pessoas que frequentaram faculdades de direito e que essas, têm focado na tarefa de 'operadores de direito', o que já sinaliza um estreitamento de margens – só operar o que já existe; em lei. Sabe-se que a maioria das faculdades não trata de questões de direitos humanos e é certo que até direitos

¹ Engenheira agrônoma, ativista negra, uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA, Co-fundadora da Rede Fulanas NAB – Negras da Amazônia Brasileira, idealizadora da Marcha das Mulheres Negras 2015. Texto escrito em 07.10.2021.

² Marcos Del Roio (<https://www.youtube.com/watch?v=xjgVi-PbxkPk&t=54s>).

dos outros animais são feitos por humanos, mas nesse caso, exige-se, por exemplo, mais sensibilidade para tratar de desigualdades sócio-raciais, de gênero e outros segmentos discriminados, e não somente “operar” leis que foram feitas, basicamente, para resguardar, proteger a classe dominante. Há também a questão de reserva de mercado a advogados, pois todo delegado deve ter graduação em direito; então vê-se que, praticamente, o país está funcionando sob a égide do sistema de justiça. Talvez um dos caminhos mais interessante para tentar neutralizar esse superpoder será introduzir disciplinas mais ‘humanizantes’ nos cursos de formação jurídica.

O poder executivo poderia ser eleito através de ‘mandato coletivo’, observando, por exemplo, questões regionais/territoriais e representação de segmentos discriminados (negros-indígenas/gênero/orientação sexual/deficientes e outros). Creio que atualmente temos mais noção de que cada pessoa é um campo de forças que interfere nas outras e no ambiente por inteiro reciprocamente, embora isso não seja notado, percebido – a rigor, é possível dizer que está válida a visão animista do viver, do ubuntu, do teko porã e muitas outras filosofias que não são consideradas como tais, no chamado ‘ocidente’.

Considero – como muitas outras pessoas – que não há chance de mudança significativa se não houver capilaridade circular de informações sobre conhecimentos gerais que inclui um olhar/sentir cósmico, pois de comum ‘meeessmo’ todas as pessoas temos: humanidade e viver na biosfera.³

Em se considerar que já existem muitos diagnósticos dos malefícios globais atuais, uma das grandes questões então, será como fazer as mudanças necessárias para reduzir não somente as desigualdades sócio-raciais/de gênero/outras e como capilarizar para cada corpo, ideias de que há necessidade de mudanças substantivas no planeta. Será que o planeta pode continuar a fazer um rearranjo automático, constante, e garantir sobrevivência de seres vivos ou somente os elementos inorgânicos poderão sobreviver a esse severo

³ Fritijof Capra – Visão sistêmica da vida

ataque à nossa 'Casa Comum', pela parte 'apodrecida' da humanidade?

Será que a pandemia, como essa Covid-19, está sendo resposta do viver não-humano a essa agressão? Haverá chance de efetivação de difíceis pactos e mais pactos, entre segmentos oprimidos e gananciosos extrativistas/agronegócio-agrotoxidente/industriais/ usuários de bens que utilizam combustíveis fósseis, banqueiros e tomadores de decisões globais? Só sair às ruas será suficiente à colocação de freios nesses conglomerados necropolíticos? Em uma época em que no Brasil a maioria da população negra é o 'segmento sobrando' (para além, do chamado 'exército de reserva'), por força do avanço da automação, a equação *fouconiana* do "fazer viver (brancos) e deixar morrer (negros)"⁴ está absolutamente visível.

Tomara que a Conceição Evaristo esteja certa: "*eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer*" – precocemente, lógico, pois existem certezas: **a)** que todas as pessoas vão morrer; **b)** que todas têm pai-mãe/avós-bisavós, etc (mesmo que não tenham irmãos, filhos, cunhados, etc. temos todos essa linha vertical ascendente); **c)** que adolescentes, jovens, adultos, idosos já foram fetos/crianças; **d)** que há certeza de que tudo é incerto; registra-se, também, que dizem (jocosamente), que nos USA há mais uma certeza: todos pagam impostos.

Não devemos esquecer que somente em 1985, com a aprovação do voto de analfabetos é que grande parte da população negra passou a votar e – como se pode concordar – a gente já nasce 'de direita', pois o capitalismo não é só um sistema econômico e sim um modo de existência social que atravessa todo o viver, o trajeto de se passar de uma direita liberal conservadora de privilégios para uma esquerda 'progressista' é muito pedregoso e há sofrimento e muito suor – nem todo mundo quer ou consegue seguir e aguentar firme.

Além disso, no meio rural ainda há muitos 'currais eleitorais', inclusive por medo que permeia os territórios; em

⁴ Biopolítica (Michel Foucault)/Necropolítica (Achille Mbembe)

muitos quilombos, por exemplo, há dilemas: se a urna fica na comunidade, os candidatos sabem em quem os quilombolas votaram e podem sofrer retaliação dos candidatos; e, se votam em local na sede do município, podem necessitar de transporte de candidatos; fica mesmo difícil um voto isento.

Em todo caso, creio não haver dúvidas de que na atualidade, se não contarmos, pelo menos, com mídia comprometida em difundir mudanças pró-equidade, escolas-faculdades progressistas e igrejas não fundamentalistas e respeitadoras de outras, não haverá chance de se garantir que o voto consciente, possa ser a tônica e se vislumbrar um futuro menos pior que os dias em que vivemos e vivenciamos. Não obstante, para se pensar e agir buscando alguma mudança substantiva, cabe continuar tentando seguir, pelo menos, alguns princípios do Bem Viver-Ubuntu-Teko Porã-Florestania-Feminismo Decolonial⁵, tanto a nível macro, quanto na microvivência pessoal/extrapessoal⁶: **a)** não mercantilização da natureza (água, minérios, madeira, pessoas e/ou seus órgãos)/ não ao consumismo; **b)** decisões coletivas subordinando as individualistas; **c)** cooperação superando a competição; **d)** tecnologia a serviço da sociedade e não contra ela; **e)** ecologia ambiental subordinando a economia e não o contrário, como tem sido; **f)** respeito à ancestralidade que defende esses valores.

Cabe não descurar também do paradigma do Cuidar: autocuidado (físico, alimentar, saúde, espiritual, etc); cuidado com outros (não só os mais próximos, mas também de estranhos, através da defesa de órgãos públicos); cuidar do planeta⁷. A rigor, a população negra no Brasil é especialista nessas tarefas de cuidar, não somente a partir das 'ama-de-leite' /ama seca/ babá/ mucamas, mas também do limpar, lavar cozinhar, etc. - empregadas domésticas e diaristas atualmente, encerradas ou não, nas 'senzalinhas'; ou seja, nos quartos de empregadas dos apartamentos das elites, que insistem em manter seus privilégios e um segregacionismo racial-aporofóbico. Então, tarefas que vão desde resolver questões agrárias - inclui titulação de áreas indígenas e quilombolas; assentamentos em latifúndios oriundos de

⁵ Bem Viver (Alberto Acosta); Ubuntu (Mogobe Ramose-<https://filosofia-africana.weebly.com/>); Teko Porã (filosofia indígena /povo guarani); Florestania (Antonio Alves, cronista, poeta e pensador acriano- <http://www.altinomachado.com.br/2008/04/florestania.html>); Feminismo Decolonial (ver Françoise Vergès - <https://vogue.globo.com/Vogue-Gente/noticia/2020/07/o-que-e-feminismo-decolonial-fran-coise-verges-explica-em-novo-livro.html>).

⁶ Suely Rolnik - #SuelyRolnik #AnaBigotteVieira #RitaNatálio Suely Rolnik - Há algo de irreversível no ar: notas para descolonizar o inconsciente

⁷ Ver Bernardo Toro/ Leonardo Boff

grilagem e improdutivos, etc.-, até a ênfase no processo educacional qualitativamente contrário à manutenção das desigualdades sócio-raciais e todas as outras que se interpenetram e interagem, para se conseguir eliminar as hierarquias em nossa sociedade. Importa escolher políticos comprometidos com tudo isso. Alguém já disse, mais ou menos: “uma sociedade diferente não pode ser viabilizada por pessoas indiferentes”.

A VOZ DA MULHER QUILOMBOLA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Sabrina da Costa¹

Aqui vou deixar o relato da ‘voz de uma Mulher Quilombola’ e a importância das mulheres pertencentes de comunidades tradicionais quilombolas na organização política, porque somos mulheres que estão em situação de alta vulnerabilidade social, somos mulheres sem emprego que não temos acesso à educação porque geralmente não temos uma graduação ou ensino superior e, também não somos mulheres que estamos envolvidas politicamente em nada, e temos dificuldade de entender o processo político.

O fato é que os gestores municipais no meu município têm baixo compromisso com a pauta dos ‘quilombolas, mães solo e mulheres negras’ – a população negra aqui ainda é sub-representada no parlamento, majoritariamente ocupado por pessoas patriarcalistas, machistas e brancas, a voz dos quilombolas e mulheres não são assistidas em todas as esferas, deixando de lado as necessidades dessa população pouco assistida, invisibilizando seus direitos de recursos humanos e direitos das leis da constituição da república federal.

As dificuldades de acesso à saúde, à cultura e à educação são invisibilizadas, não tendo nenhuma proposta, campanha, oficina ou trabalho social com nossa comunidade quilombola, deixando muitos em situações precárias, necessitando de cestas básicas, medicamentos, enxoval para recém nascidos, entres outros. Na área da saúde aqui no meu município com o impacto da pandemia COVID -19 não tivemos acesso à vacina para todos os remanescentes quilombolas, sofrendo

¹ Quilombola de Caiaponia – GO, Quilombo Cristininha.

racismo institucional por parte de alguns gestores públicos.

E com o impacto da pandemia muitas mulheres no quilombo ficaram desempregadas e sem acesso ao auxílio emergencial e municipal e com dificuldade em conseguir emprego devido à falta de formação acadêmica e de ensino básico. Muitas mães solo ficaram em situação de falta de apoio dos serviços públicos, e com o aumento das taxas econômicas deixaram muitas mães chefe de família em alta vulnerabilidade socioeconômica.

Quilombo Cristininha

Agora vou falar um pouco da cultura e educação do nosso quilombo. Um dos propósitos da associação quilombola Cristininha é zelar pelas tradições culturais, religiosas e folclóricas dos nossos ancestrais como a capoeira, dança de roda, congada, carnaval, entre outros, como artesanatos, acessórios e vestuários, comidas típicas, histórias.

A Secretaria de Cultura do nosso município até hoje não realizou nenhum contato com a comunidade quilombola. Somos uma associação organizada há um ano com estatuto, CNPJ e três anos certificada pela Fundação Palmares, mas não temos o território titulado. Vivemos todos no município de Caiapônia - GO, sendo quilombolas urbanos numa pequena cidade patriarcal sem desenvolvimento econômico e cultural.

Educação, palavra sábia para muitos, mas para nós, negras e negros, palavra de pouco acesso na comunidade Cristininha, muitos dos nossos são analfabetos principalmente os mais idosos. Os jovens têm pouco acesso às formações de Ensino Superior ou na atuação de trabalho formal. Na maioria das vezes, sofrem racismo dentro dos âmbitos educacionais seja pela *cor/raça*, classe social ou gênero, causando em muitos a falta de auto declaração e causando traumas psicológico na auto estima das pessoas negras de classe social vulnerável.

Somos importantes sim!

MULHERES QUILOMBOLAS NEGRAS devem ser inseridas em todas as esferas do governo, a sociedade brasileira tem que ouvir a VOZ dessas mulheres na participação política e construir um país democrático, com equidade e o desenvolvimento da paz, juntamente com as vozes dessas mulheres negras, mães solo, trabalhadoras árduas, vulneráveis e excluídas das políticas públicas, da assistência social, do direito à saúde, educação e cultura, além da falta de igualdade nos empregos e acesso a um salário digno.

Não deixando de analisar a natureza jurídica da participação política e quais as

principais dificuldades à participação política na esfera formal. É importante estudar o modelo legislativo brasileiro de proteção à participação política da mulher e os entraves atuais à sua efetivação; analisar o princípio da igualdade entre os gêneros como instrumentos da efetivação da democracia; e propor mecanismos de fortalecimento para o modelo brasileiro legislativo de proteção jurídica à participação política da mulher, a fim de adequá-la às normas internacionais e constitucionais.

Nós, mulheres negras quilombolas, somos lideranças e resistência para combater a invisibilidade em todos os espaços, mas vou resumir nossa baixa representatividade a três fatores que considero centrais: o racismo estrutural, o machismo e a falta de empenho dos partidos para corrigir essa distorção.

Segundo o mapa Étnico Racial das Mulheres na política Brasileira, elaborado pela Confederação Nacional de Município, a baixa representatividade das mulheres negras nos espaços de poder se deve também à crença em um estereótipo. Após centenas de entrevistas, o Mapa concluiu que partidos e o próprio eleitorado tende a associar competência política a um perfil masculino, branco, heterossexual, casado e de boa posição econômica e social. Um estereótipo que, definitivamente, não nos comporta. Sobre nós, MULHERES NEGRAS, incide uma dupla discriminação, racista e a sexista – temos que ultrapassar outros obstáculos: vencer o machismo e o racismo.

A pauta política das mulheres negras tem especificidades e precisa de uma representação legítima e direta. Por isso precisamos eleger representantes negras, porque só quem vive a discriminação em suas múltiplas dimensões sabe a dificuldade que é, para que nós que construímos as cidades, estejamos também no centro da construção de pautas políticas antirracistas e anti-machistas em nosso Estado.

Num contexto multicultural e desigual, só avança quem tem legitimidade. Queremos políticas específicas de proteção social, de saúde e acesso à justiça, eliminando todas as formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres negras ao acesso a serviços essenciais.

Não precisamos ser representadas. Podemos falar por nós mesmas. Eu, Mulher Quilombola, mãe solo, secretária da Associação Quilombola Cristininha (AQC), estudante de Promotoras Legais Populares (PLP), com ensino médio incompleto, deixo aqui meu ponto de vista, opiniões e dúvidas em meu relato de mulher negra quilombola.

OUTRA POLÍTICA: ÉTICA, ESPIRITUALIDADE E COMUNIDADE PARA ALÉM DOS LIMITES DAS IDENTIDADES

Hugo Allan Matos¹

Começo de prosa

Este tema é denso e espinhoso, exige um espaço de diálogo democrático, e proseando com teorias, autoras e autores diversos, de diversas teorias, diálogo este que não será possível aqui estabelecer. Então, o objetivo deste artigo, no pouco espaço que temos é um convite à prosa, mostrando a necessidade de conversarmos sobre isso, fugindo do academicismo, mas sem cair na banalidade, conservando a densidade conceitual necessária à abordagem.

As práticas políticas brasileiras que podemos conceber em geral como progressistas e em particular de esquerda nestas duas últimas décadas (2000-2020) contribuíram para um avanço da consciência ética em relação às especificidades da constituição do povo brasileiro e a necessidade de combate a muitos mecanismos de opressão, especialmente étnicos e de gênero. Não cabe aqui neste espaço demonstrar o quanto estas práticas estão conectadas a uma reorganização do modo de produção capitalista no mundo e portanto, em consonância com um avanço da consciência ética mundial. Mas tentarei situar a questão.

Estou entendendo aqui como consciência ética, a forma de pensar dos povos que reivindicam reconhecimento de sua humanidade, denunciam mecanismos de morte e lutam por

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do ABC, com bolsa pela CAPES; Mestre em Educação, Pós-graduado em Filosofia e História Contemporâneas e Licenciado em Filosofia pela Universidade Metodista de São Paulo; Licenciado em Pedagogia Faculdade Paulista São José. Professor Universitário, educador popular, coordenador na Associação de Filosofia e Libertação (AFYL-Brasil). Na Analética Instituto de Educação e Cultura; Militante no Coletivo Revolucionário de Libertação (CORDEL) e no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). E-mail: hugo.allan@gmail.com

ampliação das condições necessárias para viver. Consciência esta que, necessariamente surge das lutas particulares de povos que sentem a opressão e contra ela se insurgem, notadamente, na cultura hegemônica ocidental, destacam-se as lutas dos povos indígenas e negros, o que chamo de lutas étnicas. E muito fortemente destacam-se as lutas das mulheres e da população LGBTQIA+, o que chamo aqui de lutas de gênero.

Este avanço da consciência ética mundial, provoca uma reação do poderio hegemônico que não mede esforços em cooptar o máximo possível destas lutas e diminuir esta consciência ética, provocando um movimento de inclusão destes povos que se percebem excluídos e oprimidos, mantendo e alargando assim a extensão dos poderes instituídos diminuindo a possibilidade de ameaças revolucionárias e de reformas estruturais.

A espiritualidade e o bolsonarismo

Ao contrário do que muitos tentam caracterizar, não acredito que Bolsonaro seja burro, incapaz etc. Sua atuação política não iniciou agora e durante estes mais de 20 anos sua atuação - e de seus familiares - ridícula como parlamentar não explicita os círculos de poder criados fora da política institucional, quais hoje estamos conhecendo com muita força. Estes círculos orgânicos foram conquistando ao logo deste período adesão popular, ainda que pequena a princípio, sem sombra de dúvida essa adesão explode a partir do papel que tiveram no golpe da presidenta Dilma Rousseff em 2016, onde provavelmente Bolsonaro foi escolhido pelo capitalismo internacional para ser o próximo presidente da República.

O Bolsonarismo é constituído por uma série de fatores complexos que se simplificarmos, tentando facilitar a leitura, dificultamos a possibilidade de sua superação, por isso, importa uma leitura ampla e complexa do fenômeno que foi construído desde o início da década de 2000, quando a América Latina celebra uma Primavera Política, elegendo governantes de esquerda numa ascensão dos movimentos social-populares contra o Neoliberalismo.

O primeiro fator já exposto é este: Bolsonaro foi escolhido pelo capitalismo internacional. E sim, é o capitalismo que escolhe quem será presidente eleito nos países em que a economia hegemônica é capitalista. A segunda grande característica é: não se elege um presidente sem apoio e voto. As estratégias de subjetivação, ou seja, de trabalhar as subjetividades das pessoas para que votassem em Bolsonaro foram amplas, diversas e complexas. Desde a já conhecida manipulação das redes sociais, o que é demasiado complexo em si, pois trabalha com

psicologia avançada, separando perfis psicológicos e alimentando seus comportamentos, importa muito dar a devida atenção à organicidade do neopentecostalismo e de algumas igrejas cristãs em geral.

É preciso lembrar que o neopentecostalismo foi criado nos Estados Unidos com o objetivo específico de enfrentar a espiritualidade da Teologia da Libertação (e outras como a teologia da Missão Integral etc.) quais auxiliaram nas lutas contra as ditaduras militares na América Latina e começaram a espalhar-se pelo mundo. A Teologia da Libertação surge na década de 1950-1960 a partir de uma leitura histórica de que o mundo está dividido em centros e periferias. Daqui nascem as Teorias da Dependência, Pedagogia da Libertação, Filosofia da Libertação, Economia da Libertação etc. Novas formas de pensamento e de ciências com métodos próprios, quais podemos remontar uma tradição passando pelo século XIX com as discussões nomeadas “libertação mental” quando nas lutas por libertação de Portugal e Espanha já estavam tematizando a necessidade de libertação cultural além da política-econômica. E não para aqui. Desde a invasão europeia, há uma tradição teórica e prática ininterrupta na América Latina de resistência aos domínios, tradição esta geralmente encoberta porque no Brasil estamos de “frente para a Europa e Estados Unidos, de costas para a América Latina”. Ou seja, há um processo de domínio e colonização cultural muito intenso, qual geralmente chamamos de eurocentrismo. A espiritualidade é um campo em disputa, desde a invasão. Mas, importante perguntar-nos: o que é a espiritualidade? E por que é tão importante na política?

A espiritualidade não é a religião. Como bem analisam autores e autoras renomadas esta é a dimensão da profundidade e complexidade humana. A dimensão da espiritualidade é aquela que nos faz propriamente seres humanos. É a que transcende nossa dimensão físico-biológica, chamada também de dimensão simbólica e muitas vezes, sintetizada na dimensão psicológica. É a dimensão que nos permite perguntar: o que é a vida? Ou seja, que nos permite a filosofia, a política, a literatura e as artes. Quando na Controverosa de Valladolid, o debate jurídico que acontece entre 1551-1553 questiona se os povos encontrados aqui são seres humanos, estão colocando em dúvida se estes povos têm espiritualidade. Provavelmente por saber disso, que Carl Schmitt teoriza o nazismo baseado numa secularização do Estado Soberano que estaria centrado na autoridade de uma pessoa que fosse capaz de estabelecer uma luta contra um inimigo comum contra o qual as pessoas queiram combater, confiando pelo instinto de sobrevivência, sem recorrer à sua dimensão profunda, em seu representante para combater este inimigo, criando assim, uma identidade na qual sentem-se acolhidos e protegidos. Daqui Bolsonaro dizer que ele é a constituição. Ele está

acima da lei, pela lei.

O Bolsonarismo tem, guardadas as proporções, a mesma base performática do nazismo. E esta está ancorada na superação da profundidade, ou seja, da espiritualidade. A dimensão da superficialidade, da praticidade, do hedonismo, do não pensamento... são negação da espiritualidade. Processo que Heidegger narra como a dimensão da técnica. Por diversas vias, a humanidade encaminharia inevitavelmente para esta dimensão e, portanto, para a superação de sua condição humana. É sabendo da importância da espiritualidade também, que Victor Lebow, economista e consultor do presidente estadunidense Eisenhower, após a crise econômica gerada pela Segunda Guerra Mundial ao escrever sobre o real significado da demanda do consumidor afirma que é preciso que o consumo seja um culto espiritual. Que as pessoas sintam sua satisfação espiritual no consumo e que queiram consumir e descartar cada vez mais rápido e, portanto, o modo de vida precisa ser superficial.

Assim, não é difícil perceber que ao decorrer do tempo, a política moderna, o Estado Democrático de Direito, a cultura burguesa, têm uma mesma gênese e movimento de secularização e negação da espiritualidade. A base liberal, centrada sob categorias abstratas como indivíduo, mão invisível do mercado, etc. causam uma esquizofrenia social de os fundamentos do modelo de sociedade exigir algo de nós, seres humanos, que é contrário a uma de nossas principais características constitutivas. Esta esquizofrenia e caos é fundamental para que haja o principal e único objetivo do capitalismo que é a acumulação de Capital. Mesmo que para isso, seja preciso que a humanidade seja extinta enquanto tal.

Um começo do fim?

Já estourado aqui o espaço gentilmente cedido, fundamental explicitar que este modo de vida não é fatalidade. Muitos movimentos na América Latina têm reivindicado o direito de assumirem-se como não ocidentais e, portanto, não modernos, não burgueses, não capitalistas... Sempre existiram, existem e existirão outros modos de vida. Mesmo em nosso território. Independente do modo de vida hegemônico, os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e tantos outros povos e comunidades têm nos mostrado que é possível resistir, organizar-se e exigir que sejam reconhecidos como são.

O Estado Plurinacional é uma dessas formas, quais constitucionalmente reconhece-se a existência de diversas nações e povos no mesmo território. O Exército Zapatista de Libertação Nacional, em meados de 1990 encontrou a sua forma de organizar-se para além do Estado, por uma Outra Política, qual sabe que

a política verdadeira é obediencial, é um poder que se exerce junto aos de baixo, à esquerda. Existiram e existem no mundo diversas formas de política, diversas formas de economia e de sociedades, com diversas culturas diferentes. Apenas uma leitura alienada disso, nos faz sempre olhar para o mesmo lugar, o dos dominadores, como se fosse a única possibilidade.

As identidades, quando fundamento metafísico, abstrato das pautas políticas, tornam-se aprisionamentos, armadilhas. Querer incluir-se neste modo de vida é querer entregar-se e negar sua própria humanidade. É querer seu lugar ao Sol e como Pascal diz e Lévinas reafirma: “o meu lugar ao sol é a usurpação do mundo inteiro”. Não há mais tempo para a mesmidade. É preciso romper e construir outros modos de vida que rompam com abstrações como indivíduo e retomem à comunidade humana como fundamento da política. Apesar de sabermos que toda política gerará opressão e exclusão, ousemos lutar por nossa humanidade e de forma profunda, almejemos vida digna para todas, todos e todes. Pois é possível que se não ampliarmos nossas sensibilidades, nossas razões, ninguém terá vida alguma. E em breve.

O RACISMO RELIGIOSO E O ESTADO BRASILEIRO: AS OPERAÇÕES POLICIAIS NOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ DA BAHIA E AS REAÇÕES DO POVO DE TERREIRO

Camila Chagas¹
Ana Gualberto²

Introdução

A Liberdade Religiosa é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Este direito, assegurado pela primeira vez na Constituição de 1891, a primeira da república, demarcou o contraste entre o estado monárquico católico brasileiro e a república laica do Brasil.

No entanto, a liberdade religiosa não era a mesma para todas as religiões e os terreiros de candomblé eram alvos da polícia que fundamentava suas operações nas leis vigentes à época para invadir os terreiros e apreender objetos sagrados.

Na Bahia, até 1976, os terreiros precisavam pedir autorização policial para realizar suas atividades. O procedimento era realizado na Delegacia de Jogos e Costumes, sendo custeadas pelos terreiros as despesas para a obtenção do alvará. Vale ressaltar que esta obrigação era exclusiva das casas de axé e não recaía sobre nenhuma outra confissão religiosa.

Se com a Proclamação da República o estado brasileiro tornou-se laico, porque as religiões de matriz africana sofriram repressão do Estado e eram alvos da polícia? Por que, ainda

¹ Advogada. Especialista em Projetos Sociais e Direitos Humanos. Educadora Popular. Assessora de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Membro da Comissão Especial de Combate à Intolerância Religiosa da OAB/BA. Graduanda em Ciências Sociais na UFBA.

² Mestra em Cultura e Sociedade UFBA, Historiadora - UERJ, Coordenadora de Ações com Comunidades Negras Tradicionais de KOINONIA, integrante da Rede de Mulheres Negras da Bahia, do Coletivo Iyá Akobiodê e do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de BH, Omò Orisa D'Osun, Iyá T'ojú Omò do Ilê Adufé.

hoje, as religiões de matriz africana são as mais afetadas pela intolerância religiosa? Como podemos transformar essa realidade através da reforma do sistema político?

Manifestações do racismo religioso: As batidas policiais nos terreiros de Candomblé

A Constituição Brasileira de 1891 assegurava a inviolabilidade dos direitos à liberdade religiosa. O artigo 72, parágrafo terceiro, garantia a todos os indivíduos e confissões religiosas o livre exercício de culto, a liberdade de associação e aquisição de bens.

O Código Penal de 1890, em seu artigo 157, estabelecia como crime contra saúde pública “praticar o espiritismo, usar talismãs e cartomancias”. Este era o fundamento legal, somado ao dever de manter a ordem pública e os bons costumes, que amparava as invasões policiais nos terreiros e apreensão dos objetos sagrados.

O referido código, entre os artigos 185 a 188, também considerava crime o ultraje a qualquer confissão religiosa, o vilipêndio aos objetos de culto, desacato e profanação dos símbolos religiosos; impedir cerimônias religiosas, perturbar o exercício do culto; bem como ameaçar ou injuriar ministros religiosos.

No entanto, o Candomblé não era visto como religião, mas prática fetichista e falsa medicina. No início do século XX, especialmente entre a década de 1920-1930, ocorreu o período de maior repressão, contexto em que muitos terreiros de Candomblé foram alvo de perseguição da polícia:

Várias vítimas da repressão policial foram arbitrariamente presas, responderam a inquéritos judiciais, foram covardemente espancadas, tiveram seus lares invadidos, seus santuários profanados e maculados e pertences religiosos, emblemas e insígnias publicamente ridicularizados (BRAGA, 1995, p.125)

De acordo com Braga (1995), a repressão aos candomblés tem raízes mais profundas e não meramente religiosas, uma vez que se pretendia combater as bases de uma cidadania diferenciada. Os candomblés também eram espaço de sociabilidade e afeto em que as pessoas buscavam conforto emocional que não encontravam em outros espaços. A elite da época ansiava pelo branqueamento da sociedade brasileira, fato que podemos verificar nos livros publicados no início do século XX em que o negro aparecia como um “problema” social. A imprensa também teve um papel fundamental nesse processo, pois veiculava notícias sobre os candomblés com tons de ironia e sarcasmo, de modo totalmente desrespeitoso.

Rosário (2019) também aponta a influência da imprensa, das autoridades civis e religiosas durante o período em que ocorreram as repressões. Assim como Braga, Rosário fala sobre as estratégias que o povo de santo se valeu em defesa da sua religiosidade, sendo uma delas a opção pelo afastamento dos centros da cidade:

Para que o som ritual não se constituísse em elemento denunciador do candomblé, alguns pais e mães de santo instalaram – ou transferiram – suas casas para zonas afastadas da cidade. A estratégia parecia residir na tentativa de burlar a tenaz fiscalização da vizinhança e dificultar a ação policial (ROSÁRIO, 2019, p.153-154)

Em o “Negro Brasileiro”, Artur Ramos (1940) explica que na África os cultos eram celebrados em locais públicos, abertos e à luz do dia, além de que o sacerdote era ao mesmo tempo sacerdote e médico, afirmando que na África tudo era uma coisa só e no Brasil se separou.

Vale ressaltar que o Código Penal de 1890 também tipificava como crime o curandeirismo. Se a escolha pelos locais mais afastados era um mecanismo de defesa contra as invasões policiais nos terreiros, a separação entre as funções de sacerdote e médico, tal como indica Artur Ramos, também foi um meio de proteger a liderança desse espaço sagrado de ser condenado pela prática de curandeirismo, a “falsa medicina”.

Apesar da repressão republicana, alicerçada nos interesses da elite – apoiadas pela imprensa que publicavam matérias de cunho jocoso e irônico; os médicos que, em alguma medida, também vislumbrava a reserva de mercado; e Igreja que também buscava manter seus fiéis e influência social – os terreiros de candomblé resistiram às opressões.

Braga (1995, p.21) explica que “as batidas policiais não conseguiram jamais macular o conteúdo mais sagrado da religião afro-brasileira, e muito menos o profundo compromisso de seus adeptos com as divindades”.

Edison Carneiro denunciou a violação do direito a liberdade de culto às religiões afro-brasileiras, a violência policial e explicou como as leis vigentes no Brasil serviram para legitimação das invasões nos terreiros.

Para o autor, a intervenção policial é quem subverte a ordem e não o contrário. Que apesar de ter fama internacional, o Candomblé da Bahia ainda pagava por um selo policial para realizar suas festas.

Este fato refere-se à Lei Estadual nº 22.763-A, de 09 de dezembro de 1969, que impunha a necessidade de registro dos terreiros na Secretaria de Segurança Pú-

blica, se estes não quisessem ter conflitos com a polícia.

O procedimento para a obtenção do alvará era realizado na Delegacia de Jogos e Costumes e não era previsto para nenhuma outra religião. A desobrigação da licença apenas deixou de existir por força do Decreto Estadual 1.202, de 15 de janeiro de 1976.

Atualmente temos diversas Leis que amparam o Direito à Liberdade Religiosa: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal, Lei nº 7.716/89 (define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor), Código Penal (estabelece um tipo qualificado para injúria quando a ofensa contra a honra de uma pessoa envolve questões relacionadas à sua raça, cor, etnia, religião etc.). Temos também o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (Lei nº 13.182/2014) que prevê, inclusive, a criação de uma delegacia especializada de combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa em seu artigo 79; e o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Município de Salvador (Lei nº 9.451/2019).

As ações de KOINONIA em defesa das Religiões de Matriz Africana

Fundada em 1994, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social. Temos como missão mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

KOINONIA presta serviços e estabelece alianças com a população negra organizada em comunidades urbanas e rurais, trabalhadores rurais, mulheres, jovens, agentes de solidariedade com pessoas que vivem com HIV/AIDS, e lideranças intermediárias das igrejas.

O fenômeno da intolerância religiosa tem se desdobrado em inúmeras formas de rejeição à diferença, seja ela sexual, racial ou cultural. Com atenção a essa complexidade, “Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero” se constitui num eixo de trabalho norteador de cada prática de KOINONIA, tanto em seus vários campos e territórios geográficos de atuação, quanto no que se refere à diversidade das populações com as quais tem caminhado.

Além de orientar o conjunto de atividades institucionais, este eixo de trabalho abriga iniciativas voltadas exclusivamente ao enfrentamento da intolerância e promoção do diálogo inter-religioso, que dedicam-se à produção de dados, difusão de informação e conhecimento; incidência pública; participação e controle social; e estímulo ao debate de temas e questões implicados na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

O racismo se expressa historicamente em discriminações baseadas nas características físicas de determinados grupos, mas também na desvalorização e perseguição de suas práticas culturais. Este eixo temático tem como objetivo criar e implementar, junto com as comunidades, estratégias em várias frentes visando superar tanto o racismo quanto a intolerância religiosa.

Para isso têm sido desenvolvidos projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimentos e experiências; produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes. Estas e outras iniciativas de KOINONIA são todas orientadas pelo eixo transversal “Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero”, que visa promover necessária e simultaneamente o anti-racismo, o ecumenismo, a liberdade religiosa e a igualdade de gênero.

Destacam-se, nesse sentido, ações de empoderamento feminino em comunidades de terreiro e quilombolas, visando construir soluções que articulem os desafios dos contextos locais e regionais às condições institucionais mais gerais, principalmente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres dos povos tradicionais.

Um dos papéis desempenhados por KOINONIA durante estes anos é a produção de conhecimento, por meio de análise de dados e pesquisas embasadas na prática da ação direta, em contato com as comunidades. Assim KOINONIA busca em suas ações instrumentalizar as comunidades e pessoas na afirmação de seus direitos e na construção de uma sociedade com mais equidade e que respeite a plenitude das identidades.

No que tange a temática da liberdade religiosa, mesmo com toda legislação, o que temos acumulado são casos e mais casos de intolerância religiosa e de ódio religioso em todo o país, crescentes a cada ano.

Em 2019 fizemos um estudo, apoiado pela Fundação Henrich Boll, *Caminhos abertos para superação da intolerância religiosa na Bahia*, analisando o univer-

so do estado da Bahia no que se refere aos avanços e retrocessos na temática do ódio e intolerância religiosa. Nossa ação nos mostra que existem iniciativas que tem buscado de formas diversas, incidir positivamente para mudar este quadro. Onde estas iniciativas estão? O que deu certo? O que podemos aprender com as iniciativas que não deram certo? Como incidir pela efetividade das ações? Esta publicação está disponível no site de KOINONIA e da FHB, mas gostaríamos de compartilhar, curtas reflexões sobre o tema neste texto:

Aumentos dos casos, mas também das denúncias

Segundo os dados da SEPROMI e Secretaria de Segurança Pública da Bahia houve aumento de mais de 1000% de denúncias entre os anos de 2013 a 2018, de 14 denúncias para 115. Isso nos traz o fato da crescente dos ataques e violências, mas também a ampliação das denúncias. Infelizmente a crescente dos casos é real e palpável, principalmente contra as pessoas de religião de matriz africana, que são mais de 80% das vítimas. Este movimento de denúncia é resultado dos diversos processos de debate sobre ao tema, das ações de combate ao racismo em todos os aspectos e das ações dos movimentos sociais. Entretanto a efetivação da punição dos autores não é uma realidade, o que fragiliza a crença na aplicabilidade da justiça para nós povo preto de matriz de africana.

Nosso trabalho localizado em Salvador nos coloca em contato direto com as lideranças e com coletivos de comunidades religiosas de matriz africana. Mesmo com a pandemia do Covid 19, nos anos de 2020 e 2021 tivemos um aumento nas denúncias em Salvador e região metropolitana. A falta de tipificação continua a ser um problema quando se consegue registrar o caso, o não avanço na consolidação de ações governamentais de combate a intolerância e ódio religiosa também continua.

Nos estados do Rio de Janeiro³ e em Goiás foram instauradas delegacias especiais. No RJ em 2018 se instala a DECRA-DI - Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de In-

³ <http://www.policiacivilrj.net.br/noticias.php?id=3303>

tolerância, sendo uma delegacia para todo o estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto de Segurança Pública RJ:

No ano de 2020, o Instituto de Segurança Pública (ISP) contabilizou 23 casos de ultraje a culto religioso em todo o estado do Rio de Janeiro. A tipificação criminal é determinada pela ridicularização pública, impedimento ou perturbação de cerimônia religiosa. O número é um pouco menor que o de 2019, ano pré-pandemia do coronavírus, em que 32 casos foram registrados. No total, as delegacias da Secretaria de Polícia Civil fizeram 1.355 registros de ocorrência de crimes que podem estar relacionados à intolerância religiosa em 2020, ou seja, mais de 3 casos por dia. Nesse contexto se incluem ainda os casos de injúria por preconceito (1.188 vítimas); e preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional (144).⁴

Já no estado de Goiás foi criado em agosto deste ano, 2021, o Grupo Especializado no Atendimento às Vítimas de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Geacri)⁵, o grupo funciona no formato Delegacia Escola, o grupo vai capacitar policiais que atuarão na unidade, assim como servidores de demais delegacias, sendo a primeira iniciativa no Brasil.

Estas iniciativas pontuais não ecoaram no cenário nacional de forma a contagiar os outros estados a tomarem iniciativas semelhantes, já que no âmbito federal atualmente, esta pauta não ecoa. Acreditamos que é fundamental ações estatais que se juntem a ação do judiciário, e da sociedade civil, para combater efetivamente o racismo religioso que é a base das práticas da intolerância que gera atos de ódio religioso.

Visibilidade de casos emblemáticos e desdobramentos midiáticos

O dia 21 de janeiro torna-se Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa no Brasil, pela luta do povo de terreiro e pela denúncia da morte de Mãe Gilda, Iyalorixá do Abassá de Ogum, em Itapuã SSA/Ba, há 20 anos atrás. KOINONIA apoiou a luta da comunidade no processo contra a Igreja Universal e continua a apoiar a luta de Iyá Jaciara Ribeiro, atual Iyalorixá do Abassá de Ogum, que continua a lutar contra a intolerância e ódio religioso. Este é exemplo dos casos emblemáticos que por meio de sua visibilidade, impactam o coletivo. O

⁴ <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=451>

⁵ <https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/especializadas/policia-civil-inaugura-grupo-especializado-no-atendimento-as-vitimas-de-crimes- raciais-e-delitos-de-intolerancia.html>

juízo do STF sobre a sacralização dos animais, é outro caso que coloca a temática na linha de frente da mídia e gera debates na sociedade.

Os diversos processos de afirmação da identidade negra contribuíram e muito para que as pessoas assumam como pertencentes a religião de matriz africana, seja ela candomblé, umbanda, batuque ou outra. Neste sentido, além da afirmação de sua identidade religiosa, temos utilizado diversos mecanismos de validação da cidadania como integrantes de uma religião ancestral que deve e precisa ser preservada nesta sociedade que busca apagar as existências diversas. O reconhecimento das ações sociais realizadas nestes espaços, o tombamento e registro de seu patrimônio, os convênios e ações junto ao executivo e a parceiros da sociedade civil, tem sido mais uma estratégia utilizada para reafirmar a existência e a resistência destas comunidades religiosas.

As ações dos povos de matriz africana são reação à negação de cidadania e inclusão social ocasionada pela herança escravista brasileira, que se mantém estruturada pelo racismo que nega a humanidade do povo negro e caracteriza de negativo tudo que lhe é oriundo, sua cor, seus saberes, sua religião, sua história e por aí vai. O compromisso de KOINONIA quanto organização ecumênica, que compreende o ecumenismo para além do diálogo entre cristãos e sim na aliança com todas as pessoas que lutam pelo comum, nos conecta de forma direta com as comunidades negras tradicionais e a luta contra o racismo. Acreditamos que a nossa religiosidade é fator de afirmação do amor, de compromisso com a equidade e com a justiça. É preciso que estejamos na construção de processos de diálogo e de ação coletiva para superar as mazelas da colonialidade que mantém seu ranço na sociedade. E isso só será feito com o enfrentamento dos problemas e construção de pontes entre pessoas que se dispõem a construir novos caminhos.

Conclusão

A criminalização dos terreiros de candomblé, como prática de crime de espiritismo, previsto no Código Penal de 1890, tinha respaldo da Constituição Federal de 1891 que garantia o direito a liberdade de culto, mas autorizava a intervenção do Estado na manutenção da ordem pública e dos bons costumes.

O Candomblé não era visto como religião e os terreiros precisavam de autorização policial para realizar suas atividades, o que não era requisito para nenhuma outra religião. Os sacerdotes também não escapavam e poderiam ser acusados de curandeirismo. Fatos incontroversos que evidenciam as primeiras manifestações do racismo religioso na Bahia.

Já se passaram 130 (cento e trinta) anos da proclamação da república e ainda hoje ouvimos relatos de operações policiais que fazem incursões em terreiros.

Assistidos de KOINONIA relatam violação de espaços e objetos sagrados, trazendo em suas narrativas as marcas da violência sofrida.

Através das lutas sociais, no Estado da Bahia, os objetos sagrados apreendidos e custodiados pela Secretaria de Segurança Pública, capturados durante as perseguições e exibidos como troféus, foram transferidos para o museu afro-brasileiro, quando não devolvidos para os seus donos. Recentemente tivemos o mesmo feito no Estado do Rio de Janeiro que agora conta também com uma delegacia especializada.

A luta do povo negro, sua capacidade de enfrentamento às adversidades através de estratégias dá pistas de que para transformar esta realidade, através da reforma do sistema político, é necessário ocupar os espaços de poder para garantir a vigência das leis e sua aplicação nas esferas pública e privada.

Para consolidarmos um estado verdadeiramente laico, que reconhece sua pluralidade religiosa, mas que não privilegia ninguém em detrimento dela, é necessário um legislativo que compreenda verdadeiramente, seu papel de representante, do coletivo, mesmo trazendo suas identidades diversas. Hoje o que temos no Brasil é um legislativo que age pelo e para os seus. Desrespeitando a constituição e praticando atos discriminatórios e racistas, contra principalmente religiões tradicionais como as de matriz africana.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia.** Salvador: EDUFBA,1995.

BRASIL. **Constituição Federal de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

BRASIL. **Código Penal de 1890.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

CARNEIRO, Edison. **Landinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil.** 2ª Ed São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro.** 1º volume: etnografia religiosa. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROSÁRIO, Silvio. **Entre batidas e batuques: a polícia e os candomblés da Bahia.** Salvador: Pinaúna Editora, 2019.

LAICIDADE QUANDO CONVÉM! - PERIGOS REAIS EM TEMPOS TERRIVELMENTE ATROZES

Tatiane dos Santos Duarte ¹

O Brasil foi constituído historicamente por processos de violências de cunho religioso que sacramentaram o Deus cristão sobre as cosmologias e crenças de povos indígenas e negros, cujas divindades relacionais e plurais não cabiam no espelho do colonizador (NOGUEIRA, 2020). Apagada pelas teorias de democracia racial e políticas de embranquecimento, a herança cultural negra não fez parte dos “quadros expostos nos prédios e casas” e “bustos colocados nas praças” cujos “heróis e personalidades” eram os brancos, colonizadores e herdeiros da terra (DUARTE, 2020, p. 108-109).

Diluindo as diversidades étnico-raciais na constituição do Estado-Nação, a história oficial do país tornou-se única, sincrética, eugênica, ideologicamente eurocêntrica, despovoada de outros povos e culturas. Esta história única, racialmente branca, fez do Brasil uma Nação forjada por estigmas raciais quando práticas, rituais e expressões culturais e religiosas dos povos negros escravizados foram marcadas negativamente em dicotômica oposição às expressões religiosas europeias positivadas.

Assim, ao longo da própria República os símbolos cristãos foram sendo apreendidos, percebidos e reverenciados como símbolos da Nação ao passo que as comunidades negras e povos de terreiro eram perseguidos pelo Estado. Contemporaneamente, apesar dos avanços legais, há ainda uma “cristianização da política e da sociedade” brasileira (NOGUEIRA, 2020, p. 29) que desconsidera as diversidades e plu-

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Pesquisadora Colaboradora Plena do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher/Nepem do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/CEAM. Filiada Efetiva da Associação Brasileira de Antropologia/ABA. Membro da Comissão Laicidade e Democracia da ABA (2021-2023). Representante da Sociedade Civil do Comitê da Diversidade Religiosa do Distrito Federal/CDDR (2017-2019; 2019-2021). Integrante do Movimento Espiritualidades em Ação e participante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

ralidades que também compõem a sociedade, mas não se abstêm de pronunciar nossa maioria religiosa cristã mesmo que em nome da laicidade do Estado.

Estado laico que estais nos céus, Santificado seja vosso nome!

O princípio da laicidade estabelece que não haja uma religião oficial de Estado e que esse deve garantir a isonomia entre todas as expressões religiosas e não religiosas e a liberdade individual de crença e de não crença. No Brasil, a laicidade tem formulação recente e inserção política gradual sendo conduzida também por grupos religiosos que têm atuado no Estado através do regime de “separação com colaboração” (ZYLBERSZTAJN, 2016). Logo, é um conceito que continua em disputa pelos diferentes atores sociais sendo, diversas vezes, por alguns deles colocado em xeque ou instrumentalizado segundo suas vontades políticas.

Por exemplo, quando em posicionamentos e discursos oficiais como presidente, Bolsonaro afirma “Deus Acima De Todos!” qual o sentido de laicidade evocado? Sobretudo, aquele que estabelece que os supostos valores religiosos da maioria da população brasileira devem ser garantidos, mesmo baseados por uma teologia “sustentada na memória do Cristo europeu colonizador: sacrificialista e expiatório das minorias sociais” (PY, 2020, p. 25). É a partir dessa leitura teológica “terrivelmente cristã” que setores do cristianismo conservador vêm participando da política, sendo em alguma medida o discurso esperado por suas bases políticas que desejam resgatar um passado da tradição e dos bons costumes, valores religiosos e modelos familiares e de gênero tradicionais, as moralidades necessárias para o desenvolvimento nacional.

A Laicidade nossa de cada dia nos dai hoje...

Ora, como construir um sistema político mais democrático diante de uma “higienização das coisas pretas” (NOGUEIRA, 2020 p. 14) como ação de Estado em uma sociedade majoritariamente composta por não brancos e marcada por enormes desigualdades raciais no mercado de trabalho, na educação, na política? Quais os efeitos da atual extirpação das diversidades étnico-raciais pelo governo quando os corpos que avolumam os números de assassinatos e a população carcerária são pretos?

A atual empreitada do presidente da Fundação Palmares é ato componente desse projeto necropolítico de conteúdo extremamente simbólico: mais “uma satanização secular” (NOGUEIRA, 2020) dos povos pretos realizada de forma institucional, em nome da laicidade travestida de símbolos culturais da Nação. O edital de escolha do novo símbolo da Palmares publicado com a justificativa

de que o estado é laico e que uma entidade pública não poderia trazer em sua identidade visual um símbolo religioso, é mais um capítulo da longa história de racismo estrutural do Estado brasileiro.

E qual seria o motivo do escândalo dessa nação acostumada com processos de embranquecimento e que continua a revelar apenas um retrato sobre o Brasil? Por qual motivo o oxé africano como símbolo de uma organização criada para defender e difundir a cultura negra seria uma controvérsia para os sentidos de laicidade? O atual presidente da Palmares afirma que o machado do orixá africano da justiça não é um símbolo do país, mas um símbolo de uma tradição religiosa, e que o estado é laico.

Sabemos que os crucifixos instalados nas cortes e parlamentos do país seguem como “fonte básica dos direitos e das normas sociais” agindo como uma espécie de “guardião da memória coletiva da tradição bem como elemento crucial em nossa formação social e cultural” (RANQUELAT, 2014, p. 67). Como símbolos da cultura religiosa desse povo cristão, ocupam o ambiente laico de forma positiva e visível porque seriam benéficos para a ação dos agentes públicos. Deste modo, o oxé é símbolo que precisa ser retirado como tantos outros da mesma origem ancestral para ser trocado por um que se assemelhe àqueles que já ocupam os espaços públicos e ambientes laicos da República cristã do Brasil: bíblias e crucifixos. Deus seja louvado!

Essa ação é igualmente repleta de significado político porque traz uma controvérsia ao avesso. Colocam-se como defensores da laicidade, mas bradando Deus acima de tudo, trazendo para a opinião e noção públicas a ideia de que apenas alguns símbolos nacionais são culturalmente válidos e não perniciosos para a laicidade, aqueles de determinada herança, ancestralidade, religião. Refutam, assim, o machado do Xangô como símbolo que dialoga com a história da Nação, satanizam as heranças pretas como maléficas para a Pátria e as ações públicas, em nome do Estado laico. Oxémacula a laicidade do Estado, a laicidade branca e cristã. Assim, esvaziam a laicidade como princípio que abarca as diversidades instrumentalizando-a para afirmar um patriotismo verde amarelo de cunho nacionalista, racista e excludente.

Ou seja, é mais do que as contradições e controvérsias da laicidade no Brasil, é uma reafirmação ideológica do atual governo que de forma persistente tem promovido ataques aos símbolos, crenças e expressões religiosas de matriz africana pelos próprios agentes públicos. Tal ação visa reestabelecer a ordem epistemológica, o poder hegemônico e normatizador da cultura eurocêntrica cristã através do “epistemicídio de práticas e saberes de resistência que compõem a

memória africana da diáspora” (NOGUEIRA, 2020). Por isso, são ataques contra todo o sistema de crença, manifestação e expressão que não são parte do Um hegemônico que o atual presidente adora se outorgar fiel representante. E são ataques à laicidade que defendemos em um país plural: aquela que garante que as religiões minoritárias sejam destinatárias de políticas públicas e que o Estado atue no enfrentamento ao racismo, pela valorização das diversidades sociais e étnicas e por uma agenda política democrática.

Livrai-nos de todo o Mal... Amém!

Diante disso, é preciso afirmar que as recentes colocações do Presidente da Fundação Palmares sobre a exclusão do símbolo da entidade conectam-se com uma longa história de criminalização e exclusão das “práticas escuras, pretas, denegridas” (NOGUEIRA, 2020, p. 15) do Estado e da sociedade. E atualmente é agenda governamental. Vide os quadros das divindades africanas retirados do Palácio presidencial sob a justificativa que o ambiente do Estado é laico e editais públicos que estabelecem o resgate dos valores cristãos nas artes em geral e em nome da nacionalidade verde e amarela embranquecida. Utilizam-se da laicidade, tão importante para a agenda dos direitos humanos, para negar os princípios constitucionais e os direitos das diversidades, e a associa a uma identidade nacional única, a cristã.

Esse cenário nos desafia enquanto plataforma por um sistema político antirracista, pois, em nome da laicidade está se validando uma série de decisões políticas de cunho racista. Por isso, são ações atroztes que contêm perigos reais porque colocam em risco os direitos das diversidades religiosas e não religiosas, a democracia e até mesmo o sistema eleitoral que desejamos aprimorar. Para enfrentar essa ação perniciosa, é necessário pensarmos sobre os limites do religioso e da laicidade (e suas relações) e como precisam ser considerados segundo as mediações necessárias diante de verdades religiosas de cunho fundamentalista que proclamam cada dia mais legitimamente racismo religioso, em nome de uma identidade nacional e de uma democracia laica.

Que Xangô nos dê justiça!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Tatiane dos S. “O avesso do mesmo lugar”: enfrentamentos aos racismos religiosos em mais um capítulo de história única. **Estudos afro-brasileiros**, n.1. 2021, p. 1-15.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

PY, Fábio. “Pandemia cristofascista”. In: ANJOS, Fellipe; MOURA, João Luiz (orgs.), **SÉRIE #contágiosinfernais**. São Paulo: Editora Recriar. p.1-53, 2020.

RANQUETAT JR., César Alberto. A presença da Bíblia e do crucifixo em espaços públicos do Brasil: religião, cultura e nação. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI Emerson (eds.). **A religião no espaço público: atores e objetos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 61-79.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **A laicidade do Estado brasileiro**. Brasília: Verbena Editora, 2016.

TECNOPOPULISMO E DISCURSO DE ÓDIO CONTRA NORDESTINOS: O QUE ESTÁ POR VIR EM 2022?

Ana Carolina Westrup e Paulo Victor Melo ¹

“É sempre esse Nordeste atrapalhando tudo, cambada de mongoloides”

“Hoje a gente teve a prova de que não podemos generalizar falando que o brasileiro é burro, porque o correto é O NORDESTINO É BURRO”

“Nordestino é burro, que morram de sede e fome”.

“Jair Bolsonaro, se ganhar corta a água (que já é pouca) e corta o bolsa família do Nordeste, corta essa p**** do mapa e deixa ser um lugar independente pro comunismo ficar lá, pelo amor de Deus”

“Arrasada. Envergonhada. Inconformada. O Nordeste merece mesmo se lascar”.

Todas essas mensagens, de autorias diferentes, foram publicadas num mesmo dia em redes sociais: 7 de outubro de 2018, logo após a primeira apuração apontar que a eleição presidencial daquele ano seria resolvida em segundo turno, visto que o primeiro colocado geral nas pesquisas (Jair Bolsonaro, então do PSL) não vencia em nenhum dos nove estados da região Nordeste.

Um [levantamento](#) da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas revelou que em menos de 48 horas (entre 19h do dia 07/10/2018 e 10h de 09/10/2018) foram registradas 1,76 milhão de mensagens – apenas no twitter – relacionando Nordeste e eleições, com um pico de menções à população nordestina entre 19h15 e 19h30 do dia 07/10, com média de 4,5 mil tuítes por minuto.

¹ Ana Carolina Westrup é Mestre em Comunicação e doutoranda em sociologia pela UFS, pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) e bolsista CNPq em Tecnologias Sociais.

Paulo Victor Melo é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professor e pesquisador de Políticas de Comunicação, coordenador do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA.

Ambos são integrantes do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social e vivem em Sergipe, Nordeste brasileiro.

Outro [importante estudo](#) – este realizado pela organização Safernet Brasil – evidenciou que, não por coincidência, houve um aumento significativo das denúncias de discurso de ódio na internet entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, saltando os casos de xenofobia de 338 (16 de agosto a 7 de outubro) para 8.009 (8 a 28 de outubro).

Não bastasse a gravidade das mensagens em si, inúmeros posicionamentos do atual presidente da República e medidas do seu governo ajudam a legitimar discursos como os que abrem este texto, em narrativas/ações caracterizadas por mesclar dois componentes: a xenofobia e o ódio contra pobres.

Além das palavras

Um primeiro indicador neste sentido são as próprias falas de Bolsonaro contra nordestinos. Em [artigo publicado](#) em outubro de 2019, um ano após a eleição, a jornalista Luisa Fragão reuniu um conjunto dessas manifestações do presidente, que incluíram, por exemplo, chamar os governadores da região de “paraíba”, afirmar que “a única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas” e dizer que é vantajoso comprar carro na Bahia “porque já vem com o freio de mão puxado”.

Mas, é fundamental ressaltar isto, o ódio de Bolsonaro contra a população nordestina não se limita a palavras absurdas. É prática corrente do seu Governo, orientação política expressa, fragilizar a região Nordeste em termos socioeconômicos, como denunciado em uma [reportagem do The Intercept](#).

Como não relacionar, por exemplo, estas ideias sobre o Nordeste e os nordestinos com o fato de que, ainda no primeiro ano de governo Bolsonaro, a Caixa Econômica Federal reduziu em 22% os empréstimos para a região?

Como não relacionar, por exemplo, estas ideias sobre o Nordeste e os nordestinos com o descaso do Governo Federal em relação ao derramamento de petróleo que atingiu povos e comunidades tradicionais – marisqueiras, pescadores artesanais, quilombolas, etc. – dos nove estados da região e segue, dois anos depois, sem qualquer responsabilização?

Como não relacionar, por exemplo, estas ideias sobre o Nordeste e os nordestinos com a intenção do Governo Federal em transpor o Cadastro Único (que permite acesso ao Bolsa Família) para o digital, sabendo que apenas 33% das pessoas das classes D e E já usaram computador de mesa, notebook ou tablet ao menos uma vez na vida?

Como não relacionar, por exemplo, estas ideias sobre o Nordeste e os nordestinos com a opção adotada pelo Governo Federal em conceder o auxílio emer-

gencial via solicitação por aplicativo digital, sabendo que – como demonstrado em um levantamento da Rede de Pesquisa Solidária – mais de 7 milhões de brasileiras e brasileiros (em sua maioria, nordestinos) elegíveis para receber o benefício viviam em domicílios sem acesso à internet?

Tecnopopulismo, Desinformação e discurso de ódio

Ao analisar as estratégias discursivas e políticas de Bolsonaro e do bolsonarismo contra o Nordeste e os nordestinos, uma tática de comunicação política fica expressa: o deslocamento da política para o ambiente online, a partir de uma presença digital cada vez mais ativa e o uso estratégico das novas ferramentas para engajar o maior número de indivíduos às suas causas e ideias.

Com discursos extremistas, da criação de um inimigo comum ao fortalecimento da imagem do “Mito”, do “patriota”, daquele que representa a “vontade popular”, Bolsonaro pratica uma nova acepção do populismo – o *tecnopopulismo* – que, com recursos cada vez mais tecnológicos, baseado em monitoramento de dados, segmentação de mensagens para grupos específicos e comportamentos inautênticos (robôs, disparos, contas falsas), conquista apoio e ataca desafetos.

No caso do Nordeste e dos nordestinos, é possível perceber que os discursos de ódio estão sempre relacionados a uma condição de inferioridade e de pobreza, uma xenofobia próxima aos discursos e ações tecnopopulistas praticados por outros líderes da extrema direita contra os imigrantes, como foram os casos de Donald Trump, nos EUA, e Matteo Salvini, ex-vice primeiro ministro da Itália. É, portanto, o tecnopopulismo uma estratégia internacional de líderes da extrema direita na qual Bolsonaro reza na cartilha.

As investigações que estão sendo conduzidas no âmbito da CPMI das Fake News e no Supremo Tribunal Federal revelam que o contexto tecnopopulista perdura pós eleição de 2018 já como estratégia de governo.

[Uma análise realizada pela empresa AP/Exata](#), no Twitter, com os chamados perfis de interferência – que são ativistas ou pessoas contratadas –, mostrou que a atuação de perfis falsos e robôs na rede social de Jair Bolsonaro, mesmo depois do processo eleitoral, permaneceu significativa. De acordo com a amostragem, ainda há pelo menos 2.078 robôs, perfis falsos e militantes mencionando Jair Bolsonaro.

O que estamos falando, portanto, é de uma lógica de ação política contínua e que deverá estar presente nas eleições de 2022, com uma nuance a mais: o seu principal concorrente ao próximo pleito é uma liderança política que não só é

nordestino, como explora essa característica e o apoio que tem na região.

Eleição é logo ali

Esse é o cenário: três anos depois da eleição que conduziu Bolsonaro ao comando do Executivo Federal, o Brasil caminha para mais um processo eleitoral à presidência da República.

É um outro cenário, com ensaios golpistas quase que diários por parte do atual presidente, que agoniza nos cada vez mais baixos índices de popularidade. É um outro cenário, com um nordestino – agora elegível, diferente de 2018 – ocupando a liderança de todas as pesquisas.

Neste novo cenário, de intentos golpistas e com um nordestino largando na frente da disputa, não devemos subestimar o poder da máquina de produção de desinformação e discurso de ódio, que certamente exhibirá a sua artilharia contra o povo que, parafraseando o cantor Flávio José, “não quer virar suco” e “quer a rédea do seu destino”. É hora de estar atento e forte agora, denunciando todas as manifestações de ódio, expondo os que nos odeiam e afirmando que discurso de ódio não tem nada a ver com liberdade de expressão.

VAMOS REPENSAR A DEMOCRACIA

Luciano Caparroz Pereira Dos Santos¹

Qual democracia queremos para o Brasil? Estamos passando por tempos difíceis e se faz necessário a reflexão sobre nossa pobre democracia. O mundo está polarizado e muitas pessoas, ainda que de boa-fé, acabam encampando discursos e atos que não condizem com a democracia. Outros usam o sistema vigente para manter os seus privilégios e uma estrutura que permite a desigualdade e a injustiça social. Urgente se faz debater qual democracia queremos e qual o sistema de governo.

Após o triste período da ditadura vivemos a esperança da nova carta magna com a constituinte de 1988 que trouxe a perspectiva da conquista de direitos importantes para o país, especialmente no contexto da redemocratização, direitos humanos e fundamentais. Muitos se articularam para poder contribuir neste sentido e o resultado foi bem razoável, diante do cenário, mas sempre muito aquém das expectativas.

Passados 33 anos de sua promulgação, quando já imaginávamos ter avançado no processo civilizatório, nos vemos voltando a discutir direitos básicos e empregando enormes esforços para evitar retrocessos e a fragilização dos direitos fundamentais.

É certo que a democracia nos obriga à convivência com as diferentes visões de mundo e maneiras de se entender os ditames corretos para a sociedade. No entanto, o marco civilizatório nos impele a não aceitar barbáries e posições antidemocráticas e neste contexto temos que refletir quais os caminhos possíveis e aceitáveis.

¹ Advogado e Diretor do MCCE-Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e Presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

O mundo vive uma polarização doentia. Não se consegue mais tomar uma posição sem ser taxado de estar deste ou daquele lado. Ainda que tenhamos posições dissonantes às duas posições, a política parece exigir um posicionamento único ao qual somos obrigados a prestar toda a fidelidade.

Parece que estamos fadados ao destino cruel do resultado das eleições, em que um ser iluminado nos resgatará para a felicidade eterna como um verdadeiro Deus.

Infelizmente não será assim. Muita água corre por debaixo da ponte que vai nos alimentar. Não existe este ser iluminado e a construção é bem mais trabalhosa do que se possa imaginar. Começamos por estabelecer qual o sistema de governo queremos e até onde somos obrigados a cumprir com as determinações deste governo, ainda que elas sejam inadequadas ou estapafúrdias. A pandemia nos mostrou muito bem este dilema.

Temos ainda que refazer toda a construção da participação democrática, sobretudo em relação à representação de mulheres, homens, negros, indígenas, lgbtqi++, brancos e qualquer etnia. Todos devem estar efetivamente representados e o diálogo deve prever a efetiva participação de todos os grupos, com voz para participarem das decisões e não termos apenas um único segmento da sociedade que tenta constantemente impor a sua visão do que é certo ou errado.

As nossas opções estão hoje restritas a nos submetermos a um legislativo monolítico com regras de preservação de seus privilégios que não aceita dialogar, a um executivo que reproduz esta mesma lógica e a um judiciário que orbita a mesma cultura. Parece não haver nenhuma outra opção.

Uma pequena parte da sociedade, dotada de dinheiro ou influência (ou ambos, como acontece quase que inevitavelmente), consegue resolver os seus problemas e se acomodam conforme as conveniências. Já a esmagadora maioria da população é empurrada ou usada para se manter este círculo vicioso de exploração e controle do poder pelos mesmos, com requintes de perversidade. Aos sem poder restam as migalhas.

Qual caminho percorrer nesta encruzilhada onde patinamos ou ficamos como cachorros correndo atrás do rabo? Não existe caminho fácil, sem muita luta e trabalho. Nossos pequenos grupos de convivência podem ser espaços para ampliarmos a conscientização os diálogos de estruturação e construção de políticas e soluções democráticas e descentralizadas. Aos poucos, vai se fortalecendo o território visando à concretização do respeito e enten-

dimento com estes princípios.

Que outros caminhos? A democratização dos poderes centrais em todos os níveis, respeitando as diversidades na busca do bem comum e não pessoal ou de grupos. O destravamento dos dispositivos de consulta popular, plebiscitos, referendos e iniciativas populares, em que o povo soberano realmente determina o que fazer.

Este princípio serve tanto para as famílias no sentido de grupo menor, da diversidade e do respeito às diferenças, até para um governo seja municipal, estadual ou nacional. O respeito às decisões e construção destas decisões de forma integrada são fundamentos de uma sociedade democrática.

Não é fácil, mas também não é tão complexo que não possa ser exequível e possível. Necessárias se fazem a reflexão e ação.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA LIMITADA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Renan Dias Oliveira¹

A participação política no Brasil é um relevante dilema apresentado por Fábio Wanderley Reis em artigo do livro *Dilemas da Democracia no Brasil* (AVELAR & CINTRA, 2004.). Há um conflito histórico no país entre as esferas representativa (o Estado e sua aparelhagem formal) e a participativa (a sociedade civil, em seus focos de conflito e participação). As experiências recentes de democracia participativa são tentativas de se fazer um arranjo bem sucedido entre as esferas citadas. Trata-se de uma síntese moderna na busca do interesse público de forma autônoma por parte da primeira esfera com a livre relação e atuação dos agentes da segunda.

Primeiramente, é preciso explicitar que este é um debate de longa data, visto que a matriz dos sistemas políticos de representação encontra-se nos regimes constitucionais dos Estados Modernos e que, posteriormente, esses mesmos sistemas políticos receberão críticas e sofrerão tentativas de serem transformados.

A origem dos sistemas de representação remete ao processo que começa com a centralização do poder (passagem feudalismo-capitalismo) e chega à ideia de democracia no processo de enfraquecimento do Estado-nação, isto é, ao nascimento das concepções liberais, que exprimiam o caráter do desenvolvimento das sociedades mercantis e das condições materiais objetivas para o surgimento do modo de produção capitalista.

¹ Sociólogo e professor. Mestre em Política Científica e Tecnológica e doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Militante ecosocialista e dos movimentos de educação popular no município de São Bernardo do Campo. Foi membro do conselho do meio ambiente e constrói o cursinho popular EduPovo, pelo qual participa da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

O pensamento moderno, que justifica a necessidade do Estado e o legitima, manifesta-se, principalmente, em duas vertentes ideológicas. A primeira é a concepção liberal de John Locke, que vê no direito natural os direitos à liberdade e, juntamente com o trabalho, à propriedade. Essa concepção vale para os dias atuais, uma vez que o Estado continua sendo o “contrato” que garante a manutenção da propriedade. A outra vertente é a concepção igualitária de Jean-Jacques Rousseau, que ao pressupor o direito natural à liberdade e à igualdade, renunciou um desafio para qualquer avanço democrático dentro das concepções liberais.

Conforme afirma Avelar (2004): “Ligada à ideia de soberania popular, a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania” (p.45). A participação dentro do processo democrático se desenvolve a fim de aperfeiçoar o mesmo. Graziano (1994) aponta para o fato de que o pluralismo moderno é o pluralismo das associações voluntárias. Florestan Fernandes assinala, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, que não se pode associar o senhor de engenho do período escravocrata do Brasil ao burguês moderno, pois aquele tinha funções que diziam respeito à organização de uma produção de tipo colonial. Ele submerge numa concepção de vida que responde unicamente aos aspectos tradicionalistas da dominação patriarcal. No Brasil o “espírito burguês” eclode em condições ambíguas, segundo objetivos difusos, uma vez que o burguês nunca seria na sociedade imperial uma figura dominante com força social organizada, consciente e autônoma.

Como fora citado acima, o capitalismo se desenvolve de formas particulares nas diferentes nações. O capitalismo que se desenvolve no Brasil era alicerçado sobre duas dimensões estruturais de mercado: uma heteronômica e outra autonômica, o que configura no país uma forma de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 1987). Dentro desse contexto é que aparecem os agentes sociais responsáveis por romper com o passado colonial e desencadear a revolução burguesa. Não obstante, nas sociedades dependentes, como a nossa, o capitalismo é introduzido antes da solidificação da ordem social competitiva. Dessa forma devido aos privilégios senhoriais, o poder político acaba por convergir em direção aos que realmente possuíam autoridade na estrutura patriarcal e de dominação patrimonialista.

A presença das ideias liberais num contexto tão conservador quanto o do Brasil marca o que Roberto Schwarz chama de “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2000). Não é possível a realização de propostas liberais num país onde ainda

vigore o sistema escravista. Além do que, na sociedade imperial está presente a idéia de “favorecimento”, que viria a desenvolver as relações clientelísticas de dominação; quem tem poder pode decidir o futuro de quem não tem através de favores e concessões. Isso marca uma forma de dominação extremamente sutil, mas muito forte dentro da sociedade brasileira ainda hoje.

Nota-se, então, como a formação histórica brasileira promoveu formas de cultura política pouco participativas. Como a elite teve sempre um Estado pronto a servir seus interesses e fazer com que a maioria da população tivesse cada vez menos mecanismos de participação, seja por uma coerção violenta por meio de políticas autoritárias, seja por relações cotidianas clientelísticas que serviram como forma de dominação.

Desde o período do recorte histórico acima até a atualidade, a legitimidade de nosso sistema representativo sofre com um processo de crise. Segundo Raul Pont tal crise se expressa “na abstenção eleitoral, na apatia, na não-participação político-social e nos baixos índices de filiação partidária” (PONT, 2000). As formas autoritárias que caracterizaram nossa formação histórica ainda permeiam as administrações atuais.

Existe também certa distância entre eleitores, partidos e eleitos, uma vez que a relação entre eleitor e candidato se dá apenas na arena eleitoral (onde não há força partidária), enquanto os partidos podem ou não exercer controle sobre o parlamentar na arena legislativa. Essa fraqueza na conexão eleitoral cria um descompasso entre projetos (programas eleitorais) e a prática dos eleitos. Mesmo que haja projetos voltados para o bem estar da maioria, o que se tem na prática é um sistema que prioriza os interesses do mercado enquanto pautas importantes como habitação, educação e saúde permanecem sucateados. A população trabalhadora sofre enquanto no congresso é dificultoso deliberar acerca dos interesses da mesma. Há, ainda, falta de controle da mobilidade interpartidária de parlamentares, o que evidencia o caráter de negócio ou emprego que a política adquire.

Entretanto, pode-se observar no Brasil a eclosão de práticas contra-hegemônicas, que defendem a criação de uma nova gramática social e de uma nova relação entre Estado e sociedade. As concepções hegemônicas de democracia não levam em conta a pluralidade dos países, ignoram a discussão sobre o que deve ser a democracia e, além disso, as burocracias modernas não apresentam condições de executar políticas complexas. Boaventura e Avritzer propõem que se amplie o cânone democrático. Eles partem da análise da democracia liberal como realidade concreta, aceitam alguns de seus pontos, refutam outros, e su-

gerem modelos avançados em termos democráticos.

Em todos os casos de democracia participativa houve o desenvolvimento dessas práticas contra-hegemônicas. Surgiram mudanças em práticas societárias introduzidas pelos próprios atores e foram resgatadas tradições democráticas locais ignoradas pelas formas hegemônicas. Segundo os autores, a força da globalização contra-hegemônica depende da ampliação de redes regionais, que tornam possíveis os arranjos entre democracia representativa e participativa. Essa última deve se consolidar “(...) pelo fortalecimento da demodiversidade, (...) da articulação contra-hegemônica entre o local e o global (...) e da ampliação do experimentalismo democrático”. (BOAVENTURA & AVRITZER, 2002, p. 77 e 78).

Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre, elenca as principais características de experiências participativas no Brasil, para que sirvam de referência para o desenvolvimento de outras mais em outras localidades que tentam resistir e superar o neoliberalismo predominante. A primeira é a participação popular, como no caso do Orçamento Participativo, a segunda é a prática direta, nas discussões e momentos de cobrança e crítica, e a terceira é a auto-organização, que expressa o exercício da soberania popular, como por exemplo os conselhos com delegação imperativa. É importante ressaltar que a experiência de democracia participativa em Porto Alegre, por exemplo, não é um modelo pronto e definido do que devem ser as práticas participativas em outras localidades, mas sim um conjunto de práticas que se somam a outras e com as quais se deve dialogar na busca de novos caminhos para outras comunidades.

Outro caso extremamente importante é o de um conjunto de Organizações Não- Governamentais, que têm crescido consideravelmente como maneira de representação de movimentos sociais ou de específicos grupos de status. Esses grupos configuram uma gama variada de formas que as ONGs podem assumir, tão variada quanto a heterogeneidade de movimentos relacionados a direitos humanos e problemas que vão desde injustiça social até ecologia. Por serem “organizações em forma de tripé, cujos pilares são a sociedade, o Estado e as agências de financiamento, no geral internacionais” (AVELAR, 2004.), podemos considerá-las formas de intersecção entre as esferas representativa e participativa.

A experiência brasileira de participação política é muito recente e possui muitas barreiras pela frente, tais como a enorme desigualdade social, a heterogeneidade de problemas em virtude de nossas dimensões, no mesmo sentido, a heterogeneidade de interesses, além da dominação das elites no aparato estatal e o extremo autoritarismo de nossa sociedade. Dessa forma, um canal que oferece possibilidades de participação é o ligado ao terceiro setor. As ONGs são uma

forma importante de participação nesse âmbito, porém é importante pensar na ambiguidade de sua ação, em virtude do financiamento de algumas delas por instituições internacionais. Cabe também ressaltar que, apesar da ambiguidade, essas organizações oferecem uma alternativa de representação e participação políticas, bem como uma forma de diminuir problemas estruturais do Brasil por todo o passado histórico e elitista aqui retratado.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**, São Paulo: Editora 34, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza e AVRITZER, Leonardo. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa, reinventar a emancipação social para novos manifestos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIANO, Luigi. **Pluralismo em perspectiva comparada: notas sobre as tradições europeia e americana**. Artigo publicado na RBCS número 26, ano 9, outubro de 1994.

PONT, Raul. **A democracia representativa e a democracia participativa**. Síntese de palestra proferida no Seminário Internacional Sobre Democracia Participativa, realizado em Porto Alegre em 11 de novembro de 1999, 2000.

DEMOCRACIA DIRETA PARA CANALIZAR A REBELDIA

Por Selvino Heck e Mauri Cruz¹

A construção de processos efetivos de participação democrática na gestão dos assuntos de interesse coletivo é um desafio que acompanha a humanidade desde tempos remotos. Nos primórdios, a maioria dos seres humanos sequer era considerada portadora do direito de decidir sobre seus próprios destinos, quanto mais sobre os destinos da coletividade. Apesar disso, foi na Grécia e na Roma antigas que nasceram as ideias do direito de votar que nos seguem até os dias de hoje, embora naquela época uma minoria detivesse o poder do voto.

Com o advento do capitalismo, nasce a ideia de que cada indivíduo é portador de sua individualidade, seja como empresário/a, como trabalhador/a ou como consumidor/a. Surge a divisão entre o espaço privado e o espaço público. Daí decorre o sentido da participação de cada indivíduo na regulação, controle e incidência das pessoas sobre o espaço público. Esta participação dá-se pelo voto. Nesta fase da humanidade é constituída e consolidada a ideia dos pesos e contrapesos entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, criando uma ideia limitada de sociedade democrática.

Isto porque, no capitalismo, o poder não está nas instituições públicas, mas nas mãos do poder econômico, da classe dominante, que é minoritária. Assim, o direito ao voto não dá conta de democratizar as relações entre as classes sociais. É preciso ir além. É preciso constituir um poder que possa contrabalançar e limitar o poder econômico. Este poder é o poder popular.

No Brasil, a participação popular sempre foi combatida pelos

¹ Membros do Conselho Diretor do Camp – Escola de Cidadania

detentores do poder, que veem na organização e participação do povo um enorme risco para a manutenção dos seus privilégios. Por isso, sempre que surgem movimentos de emancipação popular a reação das elites é violenta. O golpe cívico-militar de 1964 foi motivado pela crescente mobilização da sociedade por reformas estruturais, entre elas, a Reforma Agrária. Passados 21 anos de ditadura militar, grandes mobilizações populares exigiam uma Constituinte exclusiva e soberana. Novamente, as elites não permitiram essa conquista. A Constituinte foi tutelada pelos militares e pelo grande capital. Apesar disso, a pressão popular conquistou inúmeros avanços sociais, resultando na atual Constituição Cidadã.

Passadas três décadas de conquistas lentas de direitos, em 2016, um golpe jurídico-midiático-parlamentar depôs uma Presidenta legitimamente eleita. O objetivo foi conter estes avanços e o empoderamento popular. Como consequência deste golpe, o neofascismo ataca os avanços da Constituição Cidadã, mostra-se presente e atuante na sociedade brasileira em governos que ameaçam o povo, a liberdade e a democracia.

A conclusão é que hoje, mais que nunca, são necessárias e urgentes as reformas estruturais, como a tributária, a agrária e a urbana, defendidas ao longo do tempo por movimentos sociais e populares, partidos do campo democrático-popular e amplos setores da sociedade. No entanto, estas reformas somente irão acontecer se houver uma profunda Reforma Política que recolocque a participação popular como poder estruturante da gestão do Estado. Pensando nisso, desde 2004, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político defende uma reforma política em 5 eixos: (a) fortalecimento da democracia direta; (b) fortalecimento da democracia participativa; (c) aprimorando a democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; (d) democratização da informação e da comunicação; (e) democratização e transparência do poder judiciário.

A participação popular e a democracia direta fazem parte da proposta de Reforma Política. Seu melhor exemplo é o Orçamento Participativo. Surgido no final dos anos 1980 a partir dos governos populares de Porto Alegre, a prática espalhou-se pelo mundo e hoje é uma realidade em centenas de cidades em vários continentes. Em assembleias abertas, o povo organizado decide o orçamento público, o que deve ser feito e como devem ser gastos os recursos que são do próprio povo. A projeção desta experiência acabou culminando nos Fóruns Sociais Mundiais a partir de 2001 – ‘um outro mundo possível’-, um exemplo internacional de participação popular direta e de metodologia horizontal de funcionamento.

Como democracia participativa, é importante ressaltar as experiências dos Conselhos de políticas públicas. Nas últimas décadas, foram constituídos milhares de Conselhos municipais, estaduais e nacionais, com expressiva participação da sociedade civil na sua composição. Muitos deles, como os Conselhos de Saúde, têm caráter deliberativo e orçamento próprio.

Como ferramenta de fortalecimento dos conselhos de políticas públicas, a partir dos anos 2000 foram criadas as Conferências locais, estaduais e nacionais em todas as áreas. Dezenas de Conferências foram realizadas nas últimas décadas, com ampla participação social e popular, e consolidando políticas públicas com participação popular, que melhoraram a vida do povo brasileiro, garantiram direitos como em nenhum outro momento da história brasileira. Até tiraram o Brasil, pela primeira vez, do Mapa da Fome. Infelizmente, nos tempos atuais, 2021, com a extinção de políticas públicas e de Conselhos como o CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, de onde, em 2014, foi excluído pela FAO/ONU.

O ápice deste processo foi em 2014 quando, por pressão dos movimentos sociais, o Governo Federal, através do Decreto Presidencial Nº 8.243, instituiu o Sistema Nacional de Participação Social e uma Portaria Ministerial instituiu o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. O objetivo deste Sistema Nacional era “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.” Pois, justamente após estas conquistas, as reações dos setores da direita e do capital radicalizaram suas ações em oposição ao Governo, demonstrando que as elites não aceitam qualquer ampliação da participação popular.

Como relatado acima, a ampliação do poder popular tornou-se uma ameaça para as elites, o que culminou no golpe de 2016 e, após o golpe, tanto o Decreto como a Portaria foram revogados. Não satisfeito, o atual governo extinguiu ou esvaziou os demais Conselhos, reduzindo a praticamente zero a participação social na gestão das políticas públicas. A conclusão é que, após alguns anos, a democracia direta e a participação popular perderam vez e voz. A voz das ruas perdeu espaço e força.

A facilidade como foram derrotadas as iniciativas de participação popular servem de alerta. Talvez a excessiva institucionalização e a dificuldade de ampliar de forma efetiva a participação tenha sido um problema que permitiu o esvaziamento destes espaços. Diferente do Orçamento Participativo de Porto Alegre que, apesar de décadas de governos neoliberais, segue sendo realizado anual-

mente, em âmbito estadual e nacional os Conselhos e Conferências foram todos extintos. A aceitação deste retrocesso pela sociedade demonstra que os valores democráticos e da participação direta ainda não estão consolidados na própria sociedade e até mesmo em parte dos partidos, governos e movimentos do campo democrático e popular.

Se sem participação popular não será possível superar o capitalismo, então é preciso voltar a ser mais movimento e menos instituição, ter e propor mais democracia direta e participação popular. Faz-se, pois, mais que urgente que a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e populares, as organizações do campo democrático-popular voltem a CONSTRUIR, de baixo para cima, políticas públicas com participação popular e fazer acontecer a democracia direta. Não só nos governos e parlamentos, mas em todos os níveis: partidos políticos, movimento sindical, pastorais progressistas, movimentos sociais e populares.

Aliás, é o que já está acontecendo com a realização, com ampla mobilização e participação, da Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar, da Conferência Popular de Educação, da Conferência Popular de Economia Solidária, entre outras.

É também o que acontece, por exemplo, na Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre, como em outras comunidades periféricas. Através das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, lá existentes desde os anos 1970, do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, constituído no início dos anos 1990, do Núcleo de Reflexão Política da Lomba do Pinheiro, existente desde 2018, e do Cursinho Popular KiLomba, de preparação dos jovens da periferia para o vestibular. Estes espaços de movimento expressam a voz do povo, organizam as mobilizações, lutam por transporte público de qualidade, por saúde pública, garantem direitos e melhores condições de vida para a população trabalhadora do Lomba do Pinheiro. Em tempos da pandemia, enquanto governos antidemocráticos extinguem políticas públicas, surgem centenas de Comitês Populares Contra a Fome, Cozinhas Solidárias e ações de solidariedade. A população se organiza para distribuir alimentos e cestas básicas, fazer quentinhas e enfrentar a fome.

O sucesso destas iniciativas indica que é preciso pôr a democracia direta como base da construção de políticas públicas com participação popular, com trabalho de base e formação na ação. Não é apenas alimentar o povo com pão, mas com utopia e beleza, como diz Frei Betto. Construir a consciência de que mudanças estruturais precisam ser feitas. Esta consciência virá de atos de desobediência civil, através da ocupação de espaços urbanos para construção de cozinhas solidárias, de moradia popular, de galpões de reciclagem, de espaço para cultura

e lazer. E, principalmente, como espaços para organizar o povo e a sociedade.

No processo de reformas estruturais e na conjuntura antidemocrática, faz-se necessário também criar mecanismos legais e institucionais para impedir a chegada ao poder de projetos neofascistas e genocidas que visam a destruição da própria democracia. Aproveitando o centenário de Paulo Freire, é essencial revisitarmos sua Pedagogia do Oprimido, da Indignação e da Esperança, que nos ensinam a denunciar as dores, usar a justa raiva para mudar o mundo. Enquanto isso não acontece, nunca esquecer de esperar.

